

-----ATA N.º 5 DE 27 DE SETEMBRO -----

-----Aos vinte e sete dias do mês de setembro de 2023, pelas 21.00h reuniu a Assembleia Municipal de Torres Vedras, no Edifício dos Paços do Concelho, sito na Praça do Município, nesta cidade, para uma sessão ordinária, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

----- 1 - Apreciação e deliberação sobre petições:-----

-----1.1– Proposta n.º 24/AM/2023 - “Manutenção do posto médico de Campelos - 1.º subscritor - José Augusto dos Santos; -----

-----1.2 - Proposta n.º 25/AM/2023 - “Não ao encerramento do posto clínico/extensão de saúde - Indignados e Resistentes” - 1.º subscritor José Augusto de Carvalho; -----

-----2 – Proposta n.º 22/CM/2023 - Apreciação da prestação de contas intercalares de 2023 da Câmara Municipal de Torres Vedras e dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento; -----

-----3 - Proposta n.º 23/CM/2023 - Discussão e votação da 4.ª Revisão ao Orçamento e às GOPS'S de 2023 da Câmara Municipal de Torres Vedras;-----

-----4 - Proposta n.º 24/CM/2023 - Alteração ao mapa de pessoal da Câmara Municipal aprovado para 2023;-----

-----5 - Proposta n.º 25/CM/2023 - Discussão e votação da minuta da adenda ao contrato-programa do Mercado Municipal de Torres Vedras celebrado com a Promotorres, EM;-----

-----6 - Proposta n.º 26/CM/2023 - Discussão e votação da minuta do contrato-programa para a Gestão e Exploração da Expotorres a celebrar com a Promotorres, EM;-----

-----7 - Proposta n.º 27/CM/2023 - Discussão e votação da minuta do contrato-programa para a Gestão e Exploração do Estacionamento a celebrar com a Promotorres, EM;-----

-----8 - Proposta n.º 28/CM/2023 - Discussão e votação da proposta da 5.ª alteração do Regulamento de Horários de Estabelecimentos Comerciais e de Serviços do Município de Torres Vedras;-----

-----9 - Proposta n.º 29/CM/2023 - Autorização para a desafetação para domínio privado do Município de parcela de terreno com 6.620 m2 sita em Vale Paxis no Sarge;-----

-----10 - Proposta n.º 30/CM/2023 - Ratificação da declaração de interesse público municipal do Processo n.º 289/ERRALVT/23 - Reabilitação do espaço exterior da Azenha da Ponte – Freguesia do Ramalhal; -----

-----11 - Proposta n.º 31/CM/2023 - Discussão e votação do Regimento do Conselho Municipal de Saúde;-----

-----12 - Proposta n.º 26/AM/2023 - Informação das comissões; -----

-----13 - Proposta n.º 27/AM/2023 - Apreciação de informação da presidente de Câmara, acerca da atividade municipal e situação financeira do Município; -----

----- Informação sobre competências delegadas:-----

-----13.1 - Proposta n.º 28/AM/2023 - Tomada de conhecimento de cedências de parcelas de terreno para afetação ao domínio público (autorização genérica da AM de 30/11/2021); -----

-----13.2 - Proposta n.º 29/AM/2023 - Tomada de conhecimento de apoios a freguesias (autorização genérica da AM de 30/11/2021); -----

-----14 - Proposta n.º 30/AM/2023 - Votos, moções e recomendações.-----

-----Presidiu o presidente da Assembleia Municipal José Manuel Correia, tendo sido secretariado por António Fernando Alves Fortunato (primeiro secretário) e Maria Leonor Marques Marinheiro (segunda secretária).-----

-----Estava presentes os deputados municipais que se passam a indicar:-----

-----António Augusto Ferreira dos Anjos, Jorge Carlos Ferreira dos Santos, Rui José Prudêncio, Luís Carlos Jordão de Sousa Lopes, Rui Manuel Estrela da Silva, Maria Manuela Hortas da Silva Pacheco, José António do Vale Paulos, Marta Filipa Sousa Geraldês, Ana Teresa de Carvalho dos Santos, Francisco Artur Gomes Corvelo, Pedro Miguel de Sousa Nunes Castelo, Ilídio Paulo Antunes dos Santos, Sónia Alexandra Ferreira Patrício, Carlos Alberto Pontes Filipe, Sérgio Augusto Nunes Simões, António João Leal da Costa Bastos, Humberto Manuel Sebastião Gomes, Tomás Horta Lourenço, Ana Cristina Ferraz Anacleto Clímaco Umbelino, Ana Isabel Marques Fiéis, Andreia Filipa Alves Caldas, Artur Alexandre Santos Narciso, Pedro Miguel Germano Bernardes, Pedro Jorge da Vaza dos Santos, António Espírito Santo, António José Silva Alves, Luis Pedro Duarte Silva, João Carlos Esteves Caldeira, Luis Miguel Antunes Batista, Nuno Alexandre Paulo Cosme, José Francisco Damas Antunes, Nuno Carlos Lopes Pinto, João Francisco Mota Tomaz, Celso Jorge Carvalhal Carvalho, David Alves Gomes Lopes e Paulo Dinis Faustino Valentim -----

-----Faltou o membro, Renato António Monteiro.-----

-----Estiveram ainda presentes a presidente da Câmara Municipal Laura Maria Jesus Rodrigues, e os vereadores Sérgio Paulo Matias Galvão, Ana Brígida Anacleto Meireles Clímaco Umbelino, Francisco João Pacheco Martins, Nelson Laureano Oliveira Aniceto, Secundino Campos Oliveira, Dulcineia Basílio Ramos, Dina Teresa Almeida (em substituição de Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco) e Natalina Maria Martins Luis (em substituição de Diogo Ribeiro Oliveira Guia). -----

-----O **presidente da Mesa** abriu a sessão, saudando todos os presentes, dando as habituais informações sobre a metodologia dos trabalhos, e recordando que foram eleitos há precisamente 2 anos e têm mais 2 anos pela frente, salientando que tem sido um ótimo trabalho, alcançado com muito respeito e civismo democrático, agradecendo a todos os deputados, por isso mesmo, confiando na continuação deste comportamento exemplar que têm tido, que dignifica e honra a todos, assim como honra a Assembleia Municipal. -----

-----Manifestou satisfação por terem hoje uma casa cheia, como nunca tiveram, e agradeceu a todos os cidadãos presentes, nomeadamente os que pertencem às uniões das freguesias de Campelos e Outeiro da Cabeça e de Maxial e Monte Redondo, pelo empenho cívico que colocaram na luta, pelo não encerramento dos polos de saúde que também é luta de todos os autarcas, sejam de que partido forem.-----

-----De seguida deu início o período aberto à intervenção do público, para o qual a Mesa tinha recebido três inscrições.-----

SERVIÇO DE CONSULTAS MÉDICAS E TRATAMENTOS DE ENFERMAGEM NO POLO DO MAXIAL DO SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE:-----

-----O cidadão **José Augusto Clemente de Carvalho** disse que veio ao plenário na sequência de um prolongado esforço de cidadãos anónimos que não se conformam em perder um serviço inestimável de consultas médicas e tratamentos de enfermagem na sua freguesia-----

-----O conhecimento de que esta perda estava iminente veio por uma notícia no jornal badaladas, no passado dia 7 de julho sobre uma nova unidade de saúde no Ramalhal, onde se pode ler, “a autarca torriense adiantou ainda que aquela nova unidade de saúde irá ficar também ao serviço dos utentes das Freguesias de Campelos, Outeiro da Cabeça, Maxial e Monte Redondo” e a notícia acrescenta que na calha estão igualmente outras freguesias.-----

-----Disse ainda que nessa sequência contactou a presidente da Câmara que negou, ter proferido aquelas palavras pelo que sugeriu que publicasse uma nota de esclarecimento em que manifestasse a sua posição sobre este problema, o que não aconteceu, sendo, no seu entender, fácil de deduzir a razão. A senhora presidente estava comprometida com uma solução, ou seja, USF só no Ramalhal e quanto mais depressa possível.-----

-----Reforçou que as informações prestadas ao balcão do posto clínico do Maxial iam também nesse sentido ou seja, obras de adaptação provisórias na antiga escola primária do Ramalhal, dado que as instalações do polo desta freguesia são exíguas e a par dessas obras, a organização de um serviço de transportes através de carrinhas.-----

-----Deu nota ainda que, “já estava decidido” era a frase mais ouvida na boca dos profissionais do polo de saúde de Maxial.-----

-----Assinalou que todo este frenesim não contava com as manifestações de cidadania ativa das populações de Maxial e Campelos a que cresceram alguns amigos que são contrários ao atropelo e à asneira e que se traduziram em petições, diligências junto de entidades centrais em Lisboa, bem como nas publicações do Badaladas.-----

-----Em relação a reuniões com o diretor do ACES e seus colaboradores e com a presidente da Câmara, disse que a insustentabilidade da situação, que se prolongava, levou a presidente da Câmara a Lisboa que trouxe uma boa nova, a decisão do não encerramento dos postos/extensão

de saúde de Maxial e Campelos, embora com a força de expressões verbais, pois não há nada escrito, é só o que cada um diz. -----

-----Por último aludindo ao facto de a presidente de Câmara referir um protocolo assinado em 2020 entre a Câmara Municipal e a Administração Regional de Saúde, que estaria na origem da criação da USF no Ramalhal no mandato anterior, sendo presidente da Assembleia Municipal, e a cujo ato teria assistido o representante da Assembleia Municipal, referiu que que desconhecia, tendo esclarecido a edil que não foi visto nem achado na assinatura desse protocolo, por à data se encontrar no estrangeiro. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

PETIÇÃO – CENTRO DE SAÚDE DE CAMPELOS: -----

-----O cidadão **José Augusto Santos** começou por se apresentar como porta-voz das pessoas de Campelos, que estão hoje presentes neste plenário dispostas a lutar até ao fim para que não encerrem o posto médico de Campelos. -----

-----Nesse sentido informou que desde 1970 sempre tiveram médico, e que em 1993 foi inaugurado o centro de saúde que é composto por 2 consultórios, uma sala de enfermagem, uma sala de apoio, uma sala de espera, 2 casas de banho, uma para privado e outra para o público, e ainda um balcão de atendimento ao público, ou seja, tem condições para servir Campelos. -----

-----Interrogam-se se até aqui serviu porque é que daqui para a frente não irá servir e é nesse sentido que continuarão a lutar. -----

-----Acrescentou que Campelos é uma zona rural, uma zona já muito envelhecida e as pessoas deslocam-se ao centro de saúde de Campelos a pé o que oferece uma grande vantagem para os próprios e para os seus familiares que não precisam de os transportar. -----

-----Fazendo uma alusão ao facto de ter ouvido que a Senhora Presidente tinha posto uma carrinha e um motorista à disposição para transportar as pessoas para a USF do Ramalhal para irem às consultas, não percebe como este transporte iria funcionar, mas sabe que iria ser difícil conciliar os pedidos com os horários das consultas. Pensa que era apenas uma promessa que ficaria no ar e que do ponto de vista dos petiçãoários, seria mais fácil ser o médico a deslocar-se do que essas 14 ou 15 pessoas se deslocarem ao Ramalhal. -----

-----Disse que não se importam de ficar um polo da USF do Ramalhal, não estão contra este projeto, mas querem que seja o polo do Ramalhal a fornecer e ser responsável pelos médicos em Campelos. Quem diz em Campelos, diz em Maxial que está na mesma situação, e são estas duas populações que lutam por melhores condições para que as pessoas se sintam mais à vontade. -----

-----Lembrou ainda que Campelos está à extrema do concelho de Torres Vedras, a 10 quilómetros da Lourinhã, 14 de Torres Vedras, e a 9 do Ramalhal e têm 2.300 utentes inscritos no centro de saúde, para os quais continuarão a batalhar para que não fiquem sem médico, mas agora já na

expectativa do que vai acontecer daqui para a frente, uma vez que ouviu pelo interveniente anterior que já há “uma luz” e que os polos iriam ficar.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

SITUAÇÃO DO POLO DE SAÚDE DE MAXIAL DO SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE:-----

-----A cidadã **Maria Manuela Santos Baptista**, começou por se congratular pela decisão do não encerramento dos postos/extensão de saúde de Maxial e Campelos, vindo ao encontro dos objetivos da petição e moção, documentos aprovados em assembleia de freguesia. -----

-----Defendeu que se não fossem as preocupações manifestadas pela população e as ações desencadeadas, provavelmente deparavam-se com o facto consumado, sem que nada pudesse ser feito, uma vez que a população não foi tida nem achada no assunto, preocupações estas que não residiram só no facto de alguém ter escrito que iam encerrar os polos e assentavam em factos concretos que enunciou: uma notícia vinda a público de que a presidente da Câmara proferira que as futuras instalações da unidade de saúde no Ramalhal iriam servir também as populações Maxial e de Campelos; as informações veiculadas na extensão de saúde do Maxial; o aviso aos utentes por SMS da alteração do local agendado para a consulta, sem que a funcionária ao balcão e dissesse onde era e ainda o apagão no site oficial do Serviço Nacional de Saúde dos polos de Maxial e Campelos, que dava conta de uma nova unidade sem polos, unidade essa constituída apenas no Ramalhal, engolindo os 2 polos de Maxial e Campelos, a nova Unidade de Saúde, de Torres Vedras Norte. -----

-----Fez notar que são factos mais que suficientes, para agitar a população, causando nervosismo, ansiedade, inquietude e indignação.-----

-----Fez notar ainda que nada os move contra a constituição da USF no Ramalhal, conhecem bem as potencialidades de uma USF, desde a autonomia organizativa e funcional, ao acréscimo financeiro a vários níveis, mas consideram que a ausência de uma rede de transporte público da freguesia para o Ramalhal inviabiliza a deslocação para a USF e são incomportáveis para a maioria da população os custos inerentes ao automóvel de aluguer. -----

-----Também os preocupa os idosos, um dos grupos mais vulneráveis e já 30% da freguesia do Maxial, pois a sociedade devia protegê-los e respeita-los pois são vulneráveis também pelos fracos recursos económicos, pela portabilidade de doenças crónicas decorrentes do processo natural de envelhecimento, pela distância física que os separa de quem poderia ser o seu amparo, uma vez que, frequentemente, os filhos residem a uma distância que não lhes permite apoiá-los, para além de serem fragilizados pela gradual perda de autonomia, face aumento de longevidade. -

-----Acrescentou ainda a dispersão do povoamento da freguesia, o relevo irregular da zona, a localização geográfica mais a norte do concelho e, por isso, mais interior onde a diminuição da oferta de serviços será mais um fator para o abandono da freguesia.-----

-----A seguir salientou que o polo de extensão de Maxial, apresenta boas instalações, construídas e equipadas pelo Ministério da Saúde e edificado em terreno cedido pela casa do povo, para dizer que não podem desperdiçar recursos, e que não existem disposições legais que impeçam a existência de polos na USF. -----

-----Assim e por todas estas circunstâncias, apelou à continuidade da extensão de saúde na freguesia, e deu nota que em reunião com a coordenadora do projeto apresentaram os considerandos acima citados e a mesma revelou-se intransigente, inflexível e prepotente numa atitude ameaçadora, alegando que ou era assim como ela dizia ou então a equipa médica iria concorrer às unidades da cidade. -----

-----Deu nota ainda que na semana passada, foram divulgados à população uns desdobráveis sobre a nova Unidade de Saúde de Torres Vedras Norte, onde vinha escrito que a sede era no Ramalhal e os polos em Maxial e Campelos, o que contraria o descrito no *site* oficial do Serviço Nacional de Saúde. -----

-----Alertou que a nova Unidade de Saúde de Torres Vedras Norte recentemente criado, mais parece uma casa desgovernada e como primeira representante dos munícipes, a edil deve chamar a atenção a quem de direito, pois os cidadãos merecem ser tratados com respeito e dignidade, e a informação deve ser clara, rigorosa e concordante. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

-----Teve início o período antes da ordem do dia: -----

LEITURA DA CORRESPONDÊNCIA: -----

-----O primeiro secretário António Fortunato leu o documento recebido pela mesa, que foi numerado e rubricado, e que irá ficar arquivado em pasta própria, anexa ao livro das atas. -----

SUBSTITUIÇÃO AO ABRIGO DO ART.º 78.º DA LEI N.º 169/99 DE 18/09, NA SUA ATUAL REDAÇÃO: -----

DOCUMENTO 1: -----

-----E-mail de 19 de setembro, de Susana Maria Ribeiro das Neves, a informar que por motivos pessoais e por ausência do país, não pode exercer a função de deputada municipal nesta sessão.

-----Seguindo os procedimentos legais previstos, e uma vez que o membro a seguir na lista estava indisponível, foi convocado Paulo Dinis Faustino Valentim, que se encontrava presente. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

PISCINAS MUNICIPAIS: -----

-----O *deputado municipal* **Francisco Corvelo** lembrou que na última reunião trouxe ao plenário uma questão que o PCP considera relevante para Torres Vedras que é a necessidade de piscinas municipais, mas por falta de tempo nesse dia não pôde referir a falta que fazem à população de Torres Vedras em geral e apenas referiu as crianças e jovens. -----

-----Assim, e com esse propósito argumentou que se é certo que na cidade existem piscinas também é certo que a sua utilização exaustiva, não permite na prática a sua utilização por aquelas pessoas que apenas pretendem praticar natação livre, ou por aqueles que pretendem aperfeiçoar as suas performances através de aulas de natação, e muitíssimo menos, ainda, por aqueles que no calor do Verão apenas desejam dar um bom mergulho e desfrutar de seguida de um banho de sol. Estes últimos dir-lhe-ão que existem praias em Santa Cruz e até se calhar referir-lhe-ão os benefícios do iodo para a saúde, mas neste caso terá de dizer-lhes que em grande parte dos dias, em vez de sol e mar tranquilo terão nevoeiros, fortes nortadas e mar agitado e fala com conhecimento de causa e por experiência própria, de mais de três décadas. -----

-----Disse julgar que serão também estas condições meteorológicas que levam por exemplo muitos mafrenses a utilizar as piscinas municipais em detrimento das praias da Ericeira, ali tão perto e que se calhar também serviram de justificação para que as mesmas fossem construídas.--

-----Prosseguiu indicando que na altura a presidente da Câmara respondeu à sua intervenção dizendo que as piscinas municipais não seriam construídas, não pelo seu elevado custo de construção, mas pelos elevados custos de manutenção. -----

-----Sobre este aspeto deu como exemplo as piscinas municipais no município ao lado, nas quais os preços praticados pela sua utilização são os mais baixos e com várias isenções como por exemplo aos bombeiros e outros e com uma população muito menor que a população de Torres Vedras, rondando os custos de manutenção os € 350.000,00 anuais (tudo incluído) e os proveitos da sua utilização rondam os €190.000,00, ou seja, os custos para a autarquia rondam os €160.000,00 anuais. -----

-----Nem vai comparar esta verba com outros gastos do município de Torres Vedras, nem tão pouco irá referir que a utilização prevista seria muito superior e, portanto, os proveitos bem maiores, pelo que devem arranjar outra justificação para a não construção das piscinas municipais que esta não “cola”.-----

-----Finalizou dizendo que segundo os dados que apurar, o número de torrienses inscritos nestas piscinas de concelhos limítrofes tem aumentado exponencialmente. -----

-----A **presidente da Câmara** nesta sua primeira intervenção dirigiu-se à população das Freguesias de Maxial, Monte Redondo e de Campelos, dizendo que compreende a razão da sua presença, mas mais adiante, no período da ordem do dia, falaria do assunto que aqui os trouxe. --

-----Sobre o assunto em título e atenta as palavras do deputado, disse que as piscinas são uma questão de opção, e nesse sentido explicou que o concelho tem duas associações, a Associação de Educação Física de Torres Vedras e a Associação de A-dos-Cunhados que podem receber os alunos, e com esta parceria ter uma fonte de rendimento que lhes permite sobreviver e ter ajuda na sua manutenção. -----

-----Acrescentou que gostaria muito que tivessem umas piscinas diferenciadoras, mas considera prioritário sustentar os equipamentos que já existem no concelho, não entrando em situações que não são equilibradas nem em termos financeiros, nem em termos da sustentabilidade geral das associações, primando para que sejam estas as primeiras a ser servidas. -----

-----Respeita a opinião, mas estão em situações diferentes e têm opiniões diferentes. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

AMBIENTE – ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS - CONSELHO MUNICIPAL DE AÇÃO CLIMÁTICA

TORRES VEDRAS:-----

-----O *deputado municipal Artur Narciso* começou por felicitar a manifestação de democrática e cívica de todos os presentes, pois entende que a democracia precisa que todos contribuam de forma democrática e urbana e disse que vinha falar de um assunto que é muito importante para a saúde, que é o ambiente e as alterações climáticas. -----

-----Assim mencionou que o Município de Torres Vedras considera as alterações climáticas como um dos desafios mais importantes do século 21, pois não são algo que se difunde no tempo e é algo bem presente nos dias de hoje. -----

-----Deu como exemplo que no dia 8 de agosto, foi notícia que o concelho de Torres Vedras foi a quinta localidade mais quente do país com 43 graus, segundo dados do Instituto Português e do Mar e da Atmosfera. -----

-----Reforçou que a autarquia está atenta e muito tem feito pelo ambiente, pela sustentabilidade, pela preservação da natureza, e mitigação dos efeitos que as alterações climáticas os farão enfrentar e, por vezes, imprevisíveis desafios.-----

-----No respeito a compromissos europeus assumidos pelo município, em matéria de alterações climáticas e sustentabilidade energética, destacou a adesão ao pacto de autarcas em 2010, através do qual Torres Vedras assumiu o compromisso de reduzir as emissões de CO2 no seu território em pelo menos 20% até ao ano de 2020.-----

-----Assim, atualmente e em linha com a Lei Europeia do Clima, o Município de Torres Vedras reforçou as suas ambições climáticas, assumindo o objetivo de ultrapassar a meta de redução em 55% de emissões de CO2 até 2030, a redução da pobreza energética e a criação de uma visão a longo prazo para alcançar a neutralidade climática até 2050, através de uma transição justa. -----

-----Destacou ainda que o caminho percorrido no combate às alterações climáticas passou pelo desenvolvimento da estratégia municipal de adaptação às alterações climáticas, que resultou em 20 opções de adaptação e pela implementação de 45 medidas e redução de gases de efeito estufa devidamente identificadas no plano de ação para a sustentabilidade energética de Torres Vedras.-----

-----Desta forma e como desafio da mitigação das alterações climáticas é contínuo, deu nota que

no dia 22 deste mês, tomaram posse cerca de uma centena de membros do Conselho Municipal de Ação Climática Torres Vedras, que é um órgão consultivo com sede no município, que visa articular a intervenção dos agentes e forças vivas do território, bem como a participação de entidades ligadas direta ou indiretamente ao ambiente e às alterações climáticas, com vista à análise e acompanhamento de políticas municipais e particularmente indispensáveis ao cumprimento de ODS da ação climática.-----

-----Deu nota ainda que no dia 22 setembro, tiveram hipótese de conhecer as experiências de outros municípios, nomeadamente o município de Cascais, tendo sido demonstrado que é importante, para além de todos estes organismos, a participação da população na defesa do ambiente e na mitigação daquilo que vão enfrentar. Foram igualmente mencionados os objetivos estratégicos de adaptação às alterações climáticas que assentam em 5 eixos: redução à exposição aos riscos climáticos, aumentar a capacidade adaptativa para lidar com os impactos das alterações climáticas, diminuir a sensibilidade física, social, económica, cultural e natural dos impactos das alterações climáticas, promover a educação e sensibilidade das alterações climáticas e promover o seu conhecimento impactos e vulnerabilidades.-----

-----Para concluir a sua intervenção disse que o concelho de Torres Vedras é bom para se viver, e há muita gente de fora que manifesta o interesse em vir para cá morar. -----

-----Também para se pronunciar sobre o Conselho Municipal de Ação Climática Torres Vedras, interveio a *deputada municipal Ana Fiéis*, membro do conselho em título, para manifestar o seu agrado com o evento e para saudar a sua constituição. -----

-----Reportou-se à conferência que se realizou logo após a instalação do conselho, e que integrou diversos painéis, para expressar a sua satisfação com o painel n.º 3 “Projetos em Curso no território – Mesa Redonda”, em especial da intervenção do Dr. Gustavo Paulo Duarte da empresa Transportes Paulo Duarte, no que se refere à petição das portagens da A8, pois ele próprio tem a noção, até pela quantidade camiões que têm em trânsito no país, que Torres Vedras seria bastante beneficiada em termos de trânsito se resolvessem a situação, pelo que seria bom se houvesse dados novos sobre o assunto-----

-----A **presidente da Câmara** agradeceu toda a informação relativamente às questões das alterações climáticas que são profundamente importantes e deu nota que a participação no dia 22, foi excelente, muito esclarecedora e, sobretudo, sensibilizou as pessoas para se envolverem em atividades muito importantes no dia a dia, para a transformação da sua forma de estar. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

SANTA CRUZ – ÉPOCA BALNEAR, ONDA DE VERÃO E OCEAN SPIRIT: -----

-----O *deputado municipal Artur Narciso* referiu-se às iniciativas realizadas no âmbito da “Onda de Verão” que permitiu ter imensos visitantes, como o Carnaval de Verão, cinema, e atividades

desportivas que foram notícias em vários meios de comunicação por via dos resultados nos desportos de mar, no âmbito do Ocean Spirit.-----

----Por outro lado, anunciou com enorme satisfação, que tiveram uma época balnear com imensos turistas estrangeiros, mas também com qualidade e segurança, em que houve apenas 23 prestações de primeiros socorros, 5 acidentes aquáticos, 3 salvamentos com recolha de animais e 2 socorros a náufragos.-----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

FESTIVAL NOVAS INVASÕES:-----

----O *deputado municipal Artur Narciso* reportou-se ao evento em título em que estiveram presentes entre 45.000 a 50.000 visitantes para salientar que mais uma vez foi um festival cultural extraordinário que encheu de felicidade todos os que gostam da sua terra, expressando os seus parabéns a todos os participantes.-----

----Concluiu evidenciando que assim se vê Torres Vedras com qualidade ambiental, com eventos culturais, com qualidade e reconhecimento que permitem turismo, que permitem impacto económico e, acima de tudo, gente urbana e civilizada a participar em momento democrático.-----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

PETIÇÃO PÚBLICA SOBRE O TROÇO RAMALHAL/TORRES VEDRAS NORTE DA A8:-----

----O *deputado municipal Pedro Castelo* questionou se já há uma resposta por parte do Governo à petição apresentada e votada nesta assembleia sobre a isenção de portagens entre as saídas de Ramalhal e Torres Vedras Norte, como aliás, ficou decidido e como a senhora Presidente também levou a uma reunião com o secretário de Estado.-----

----A *presidente da Câmara* afirmou ser convicção da autarquia que tem que continuar a batalhar neste sentido, e é exatamente isso que têm feito e recentemente solicitaram nova reunião com o secretário de Estado, para dar a resposta que ficou de dar e que era uma avaliação financeira do pretendido para que pudessem tomar uma decisão, mesmo que o município tenha que intervir financeiramente nalguma parte.-----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

PISO DA ESTRADA EM FRENTE AO CENTRO DE ARTES E CRIATIVIDADE CAC:-----

----No seguimento de intervenções em sessões anteriores sobre o assunto o *deputado municipal Pedro Castelo* questionou se já há alguma definição do que se vai fazer em relação ao piso de paralelepípedos frente ao Centro de Artes e Criatividade que a edil disse que estava em estudo, presumindo que já tenha o estudo feito e tenha uma decisão para anunciar.-----

----Sobre esta questão a *presidente da Câmara* esclareceu que depois todas as diligências com a empresa decidiram que têm que fazer a substituição do piso e para o efeito o processo já está na contratação pública e rapidamente se entrará em obra para bem de todos os que têm que

utilizar este troço.-----

----Deu nota ainda que o piso vai ser alterado para betuminoso, estando os trabalhos previstos, fundamentalmente para o período da noite de modo a prejudicar o menos possível quem por ali vai passar e, assim espera que com muita brevidade este assunto fique resolvido.-----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

RUAS DA CIDADE – PISO DEGRADADO:-----

----O *deputado municipal Pedro Castelo* reportou-se ao piso degradado de algumas artérias da cidade localizadas no chamado “Bairro Novo”, tais como a Conde Tarouca, Carlos França, Álvaro Galvão, Comendador António Hipólito, e Figueiroa Rego, assunto já por diversas vezes aflorado neste plenário, porque são intervenções que estão para ser feitas há muitos anos, e enquanto não são feitas, gostava de saber se o município se prepara para as reparar.-----

----Na senda desta intervenção e antes de aflorar este assunto que também lhe suscita preocupação a *deputada municipal Ana Fiéis* saudou a participação democrática da população das freguesias que estava presente.-----

----Relativamente aos arruamentos que não têm alcatrão, disse que certamente não ficou esquecido por parte da autarquia, que irá rever a situação porque é muito complicado circular nessas estradas.-----

----A *presidente da Câmara* explicou que na zona do “Bairro Novo”, não está só em causa o piso, mas também intervenções dos SMAS, porque terá que haver substituição de tudo aquilo que está abaixo do piso, sendo exatamente por isso, um valor muito substancial e decidiram, há muito pouco tempo, iniciar as obras em pequenas *tranches*.-----

----Relativamente a outros pisos degradados lembrou que nestes 2 últimos anos e até á data, a câmara municipal já investiu cerca de 5 milhões de euros em melhorias da rede viária, o que é um valor muito significativo, mas também traduz as carências que o concelho tem em termos de vias a precisar de intervenção, sendo por isso que não conseguem chegar a tudo de uma vez-----

----Reforçou que as melhorias vão sendo feitas e é exatamente o caminho que seguem, na prossecução dos objetivos que preconizaram para este mandato, ou seja, de fazer a melhoria completa da rede viária que estava muito degradada.-----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

ROTUNDA DO BARRO – VIADUTO POENTE:-----

----O *deputado municipal Pedro Castelo*, aludindo à rotunda do Barro que conflui com a estrada nacional, que tem o piso cada vez mais degradado e precisa de intervenção, um assunto que também já foi várias vezes mencionado nesta assembleia, e com o aproximar do inverno presume que vá mesmo piorar, inquiriu se estão previstos arranjos.-----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

TROTINETES/AGOSTINHAS:-----

-----Sobre este assunto o *deputado municipal Pedro Castelo*, tendo em conta o aparecimento em Torres Vedras de trotinetes elétricas, deu nota que hoje se deparou com elementos da Promotorres a recolher as Agostinhas, pelo que gostaria de ser esclarecido se são para fazer manutenção, se vão desaparecer em troca com as trotinetes, ou já há uma solução definitiva para o material em falta para as Agostinhas. -----

-----A **presidente da Câmara** esclareceu que as Agostinhas não vão ser substituídas. -----

-----No que concerne às trotinetes informou que fazem parte de um projeto piloto concretizado através de um memorando de entendimento celebrado com a empresa Bolt, até ao final do ano e sem qualquer custo para a autarquia. Com o mesmo pretendem verificar o grau e o tipo de utilização e se é uma mais valia para o município vir a ter um sistema de trotinetes partilhadas, embora tendo a noção que sobretudo nas cidades mais desenvolvidas, as coisas não correram muito bem inicialmente, porque não havia regras estabelecidas. -----

-----Nesta sequência e se aferirem que acrescenta mais algum problema ao nível da mobilidade, não irão dar continuidade a este projeto piloto. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

VISITAS DE MEMBROS DO GOVERNO A TORRES VEDRAS:-----

-----O *presidente de junta de freguesia de Santa Maria, São Pedro e Matacães, David Lopes* em primeiro lugar agradeceu a presença de todo o público presente porque considera que é um dever dos autarcas saber ouvir e assim esta participação hoje é sinal que devem ouvir e estar do seu lado.-----

-----De seguida deu nota da visita do Ministro da Administração Interna, José Luís Carneiro, no dia 19 de setembro às instalações da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Torres Vedras, à esquadra da Polícia de Segurança Pública e ao destacamento territorial local da Guarda Nacional Republicana. -----

-----Deu ainda nota da visita da Ministra da Justiça, Catarina Sarmento e Castro, e do Secretário de Estado Adjunto e da Justiça, Jorge Alves Costa, esta manhã, às novas instalações do Tribunal de Trabalho de Torres Vedras. -----

-----Considerou ambas as visitas importantes porque é no terreno conseguem identificar melhor os problemas e as formas de os corrigir e é também no terreno e na proximidade que podem vir a fazer a diferença. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

FREGUESIA DE SANTA MARIA, SÃO PEDRO E MATACÃES – CONSTRUÇÃO DE CREMATÓRIO NO CEMITÉRIO DE SÃO MIGUEL:-----

-----O *presidente de junta de Freguesia de Santa Maria, São Pedro e Matacães, David Lopes*

enquadrando a matéria que iria abordar lembrou que a freguesia tem atualmente três cemitérios na sua área de influência: São Miguel; São João; e Matacães. -----

-----Nesta sequência informou ainda que enquanto que no Cemitério de Matacães têm a competência própria de gerir, conservar e promover a sua limpeza dado este ser propriedade da freguesia, nos cemitérios de São João e de São Miguel, foi-lhes delegada pela Câmara Municipal a administração, gestão e exploração ao abrigo do auto de cedência e aceitação de bens imóveis do domínio público, sendo desta forma que têm vindo nos últimos dois anos, a efetuar uma série de investimentos e melhorias que visam dotar estas infraestruturas de uma melhor qualidade.-----

-----Acrescentou que foi nesse propósito e com empenho, que desenvolveram o projeto de construção do crematório, que consideram ser estratégico para o concelho e para a região e que tem um investimento global aproximado de um milhão de euros, que será suportado em grande parte, pela entidade que vencer o concurso público internacional. -----

-----Reforçou que é um projeto que se organiza em diferentes intervenções: Conservação e beneficiação da Capela; Demolição de todos os espaços interiores da construção na envolvente da Capela e execução de nova compartimentação interior; Ampliação do edifício; Beneficiação de toda a envolvente exterior e será constituído por: Área de Cerimónia Fúnebre: constituída pela Capela e Sacristia; Área de Atendimento: constituída por Receção, Sala de Espera, Instalações Sanitárias Públicas e Sala de Última Despedida; Área de Serviços: constituída por Sala de Pessoal, Instalação Sanitária do Pessoal, Arrecadações, Sala de Preparação e Forno Crematório.

-----Salientou que o projeto foi aprovado pelo executivo no dia anterior e irá solicitar a convocação de uma Assembleia de Freguesia Extraordinária no decorrer do próximo mês, para aprovação das peças do concurso público, cujo lançamento espera ocorrer no próximo mês de novembro e a entrada em funcionamento do equipamento no 1.º trimestre do ano de 2025. -----

-----Por último salientou que estes grandes projetos, quando executados diretamente por uma junta de freguesia ainda se tornam mais importantes, pois as juntas de freguesia têm um papel fundamental no desenvolvimento dos territórios e para tal devem ter cada vez mais competências, ganhando escala, não deixando de ser verdade que só o conseguem com mais recursos financeiros e com mais recursos humanos qualificados, mas também é verdade que só o conseguirão com grandes projetos, como este. -----

-----Registou o sentimento do orgulho que tem neste projeto o que é mais um passo na afirmação da Freguesia de Santa Maria, São Pedro e Matacães, que pretendem executar. -----

-----A **presidente da Câmara** saudou o presidente de junta da Freguesia Santa Maria, São Pedro e Matacães, pela proatividade demonstrada para iniciar este projeto que é uma necessidade já há muito identificada no concelho. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

MOBILIDADE - ACESSOS – SEGURANÇA: -----

-----A *deputada municipal Ana Teresa Carvalho* reportou-se aa uma petição, aprovada pela Assembleia Municipal como recomendação à Câmara Municipal, questionando o ponto de situação, no que se refere aos acessos Externato de Penafirme, pois estão a falar de segurança, de mobilidade, e de ações que contribuem para a diminuição de emissões de gases com efeito estufa e com isso mitigar as alterações climáticas pelo que, como as aulas já começaram e não se encontra nada feito, gostaria de ser elucidada do ponto de situação. -----

-----Na senda de intervenções anteriores, e também sobre questões de segurança e acessibilidade lembrou sobre carências a nível da definição dos horários junto às paragens de autocarro, na marcação e iluminação das passadeiras e que existam onde são necessárias pois tudo isto mobiliza as pessoas de andar a pé. -----

-----Questionou também sobre o acesso ao ALDI, que tinha acesso pedonal para quem vinha da estrada do Varatojo e agora com o Mercadona não percebe como vai ser feito, sobre a ligação entre a Fonte Grada e Paul, uma estrada com alguns constrangimentos numa das faixas que promove potenciais acidentes e ainda sobre o acesso da EN8 para a zona de Matos Velhos/Paúl/Centro Operacional Municipal que continua congestionado com uma faixa onde cabe pouco mais do que um pesado, sobre o qual ficou sem resposta na última sessão.-----

-----A *deputada municipal Marta Gerales* disse que consta na alteração orçamental a passagem superior para o Mercadona, manifestando a sua satisfação por verem uma resolução para aquela zona da cidade que implica também com os utilizadores do terminal rodoviário e das superfícies comerciais ali à volta.-----

-----Relativamente aos acessos à zona dos novos supermercados, a **presidente da Câmara** informou que se mantém o acesso pedonal a partir da parte norte e será para executar uma passagem superior como tinha sido pensado. -----

-----Sobre os acessos ao Externato de Penafirme informou que pretendem que na próxima semana possam por em prática a solução equacionada, ou seja, uma mudança de sentidos de trânsito para organizar uma zona pedonal. -----

-----Lembrou que será uma solução experimental, pois já tiveram uma anteriormente na zona do Externato que não correu muito bem por oposição dos residentes, pelo que vão ver se é possível ou se haverá outra forma de implementar ali uma zona para a mobilidade suave. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

INUAGURAÇÃO DA ESCOLA BÁSICA DO RAMALHAL: -----

-----O *presidente de junta da Freguesia do Ramalhal, António Espirito Santo* usou da palavra para dar nota que no dia 9 do corrente mês, foi inaugurada a Escola Básica do Ramalhal, uma obra de qualidade que está ao momento a servir cerca de 190 crianças, que dispõem de

excelentes condições para a aprendizagem. -----

----Manifestou a sua satisfação e agradeceu à autarquia todo o seu empenho numa obra com esta dimensão e ainda expressou o desejo de que todas as outras escolas que estão em fase de obra, ou de preparação, tenham um desenlace positivo e rápido no âmbito do programa que a Câmara Municipal tem vindo a desenvolver do domínio da educação. -----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

ESCOLA PRIMÁRIA JUNTO AO CEMITÉRIO: -----

----A *deputada municipal Ana Fiéis* disse ter tido conhecimento que os alunos facilmente caem no recreio da escola em epígrafe, inclusive com idas ao hospital, porque o piso não estará nas melhores condições para poderem brincar em segurança, perguntando o que é que a edil pode informar sobre o assunto. -----

----A **presidente da Câmara** disse desconhecer que esta questão tenha sido comunicada à Câmara Municipal, mas que iria averiguar, até porque não é habitual os professores, ou os auxiliares não reportarem de imediato a necessidade de fazer qualquer obra de melhoria. -----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

ANO LETIVO DE 2023/2024: -----

----O *deputado municipal Paulo Valentim*, interveio para assinalar o início do ano letivo, que registou um aumento turmas, quer em jardins de infância, quer no primeiro ciclo e para salientar que a confeção das refeições escolares passou a ser integralmente realizada no concelho pela Câmara Municipal ou por instituições parceiras.-----

----Aproveitou para fazer uma referência à nova escola básica do Ramalhal, recentemente inaugurada e ao início das obras da escola básica da Silveira.-----

----Agradecendo a intervenção do deputado a **presidente da Câmara** confirmou que este ano letivo de 2023/2024 tem pelo menos mais 10 turmas do que no ano transato, o que traduz a grande atratividade do concelho. -----

----Quanto às refeições fez notar que passaram todas a ser confeccionados pelo município ou pelas IPSS, englobando também as escolas que receberam através das transferências de competências do Ministério, e que ainda não estavam abrangidas. E que é um trabalho gigantesco, aproveitando para agradecer a todos os envolvidos nesta área o trabalho para servir os alunos, e muitos professores da melhor forma.-----

----Aproveitou também para dar nota que o programa de alimentação escolar do Município de Torres Vedras é um programa premiado pela Comissão Europeia no âmbito da sustentabilidade e que tem sido muito solicitado em instâncias nacionais e internacionais, porque efetivamente privilegia as compras locais, e nalgumas situações alimentos biológicos integrados nas 10 refeições.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

AGRAVAMENTO DO IMI:-----

-----A *deputada municipal Marta Gerald*es, deu nota que no passado mês foram enviadas centenas de cartas aos proprietários de imóveis na cidade de Torres Vedras em tom de ameaça com o agravamento de IMI, caso os imóveis e os prédios não fossem cuidados e mantidos em boas condições. Até aqui, tudo bem, não fosse o caso destas ditas cartas terem sido enviadas de forma indiscriminada, incluindo proprietários de edifícios acabados de ser reabilitados.-----

-----Assim disse que iria requerer à Mesa, para formalmente solicitar à Câmara Municipal uma listagem completa de todos os imóveis e o motivo pelos quais receberam a notificação. -----

-----Reforçou que é um assunto que os deve preocupar a todos uma vez que, para além do excesso de impostos que já pagam diariamente para o município, não vivem numa cidade que esteja malcuidada pelos seus habitantes e saber de cartas a serem enviadas para diversos prédios acabados de pintar, diz muito sobre o departamento de urbanismo que têm hoje em dia. --

-----A *presidente da Câmara* disse que se tratou de uma ideia muito pedagógica da área de regeneração urbana para lembrar os proprietários que devem cuidar dos seus edifícios para que não venham a ter IMI agravado em anos posteriores. -----

-----Crê que a ideia não foi bem entendida e as pessoas acharam que estavam a ser ameaçadas, quando o objetivo é exatamente o contrário. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

BARRO – PARAGEM DE AUTOCARRO: -----

-----A *deputada municipal Marta Gerald*es, voltou a questionar o ponto de situação, pois nesta zona existe uma paragem de autocarros com uma direta para Lisboa, mas continuam sem ter uma travessia pedonal devidamente identificada e as pessoas continuam a atravessar correndo riscos.

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

HOSPITAL DE TORRES VEDRAS: -----

-----A *deputada municipal Marta Gerald*es questionou se a edil tinha alguma previsão para a abertura das urgências, após a intervenção que as mesmas sofreram.-----

-----A *presidente da Câmara* disse que esperava que nesta altura, estivessem arrumadas e a funcionar, mas falou há uns dias com a presidente do conselho de administração do Centro Hospitalar do Oeste, porque as obras já estão terminadas há algum tempo, que lhe comunicou que tinham havido algumas questões, mas que durante esta semana iriam fazer as modificações para operacionalizar a zona das urgências. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

GALERIAS DE SÃO PEDRO:-----

-----A *deputada municipal Marta Gerald*es disse que gostaria de sabero ponto de situação do

espaço em epígrafe, no que se refere à eventual cedência a diversas associações.

-----A **presidente da Câmara** esclareceu que estão a negociar com os proprietários, porque a ideia inicial foi um “fórum das associações”, mas posteriormente pensaram que o espaço poderia ser adstrito a qualquer outro fim, nomeadamente, para complementar atividades hospitalares, mas é difícil tendo em atenção a localização, e também por necessitar de autorização de todos os condóminos. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

EXPOTORRES:-----

-----Antes de abordar a sua questão, o *deputado municipal Rui Estrela* fez um reconhecimento à moldura humana que estava na sala, pois o movimento que representa defende que sem ação não há resultados sendo nessa perspetiva que esta participação é muito importante. -----

-----Interveio no sentido de alertar que desde a Feira de São Pedro continuam ligados diariamente os holofotes da Expotorres questionando se há algum motivo particular para que isso aconteça. ---

-----A **presidente da Câmara** respondeu que desconhecia, mas iria averiguar. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

MANDATO 2021/2025 – 2 ANOS:-----

-----O *deputado municipal Rui Prudêncio* em nome do PS, dirigiu-se a todos os que se encontram na sala, para assinalar dois anos de mandato em que muito se construiu nesta Assembleia Municipal, com a certeza que se cumpre a democracia e se cumpre Abril, deixando uma saudação muito especial pelo empenho e pela presença em nome da democracia nesta casa.

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

REORGANIZAÇÃO DO SNS:-----

-----O *presidente de junta de freguesia de Ponte do Rol, Pedro Vaza*, começou por agradecer a todo o público presente terem vindo fazer este sacrifício, pois para ele é um sacrifício e não havia necessidade. -----

-----Hoje está presente a população do Maxial e de Campelos, com a qual manifesta a sua solidariedade, mas noutro dia será a de Ponte do Rol ou a de Freiria, e no seu entender todos os presidentes de junta deviam ter conhecimento deste processo e não apenas os autarcas cujas freguesias estão envolvidas.-----

-----A **presidente da Câmara** concordou com o autarca, mas referiu que este assunto não começou hoje e a única coisa que move a Câmara Municipal, os presidentes de junta e pensa que foi também esse o objetivo do tal acordo que foi feito no executivo anterior com o Ministério da Saúde, é criar melhores condições, que os médicos para poderem trabalhar melhor e serem atraídos para o concelho. -----

-----Salientou que estão numa fase em que vai sair legislação sobre as unidades locais de saúde,

e também numa fase em que se está a tentar impulsionar a criação das unidades de saúde familiar, ou seja, um tipo de estruturas que permitirá aos médicos trabalhar em equipa, com valências diversas, o que lhe parece sensato.-----

-----Também salientou que precisam de saber o que vão fazer a seguir e de saber exatamente quais as áreas de intervenção para cada uma das unidades dos centros de saúde que vão ser construídas, e onde é que o ministério pensa que as unidades de saúde familiar devem ser introduzidas, porque, embora não sejam decisões nem competência da Câmara Municipal, devem ter uma palavra a dizer sobre o assunto.-----

-----Reforçou que precisam de ter uma visão global e exatamente por isso já solicitou uma reunião ao secretário de Estado da Saúde para falar exclusivamente de cuidados primários de saúde e da sua distribuição e reorganização em termos espaciais no que se refere a Torres Vedras, para perceber exatamente qual é a intenção e essa resposta será importante para não terem situações que depois se tornam difíceis de resolver.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

ROTUNDA DOS CAMPEÕES ESPERA DE RUNA:-----

-----O *deputado municipal Humberto Gomes*, disse que no dia anterior na reunião pública do executivo municipal que se realizou no Turcifal ouviu dizer que o problema da rotunda da EN8 no Turcifal iria ser resolvida pela câmara municipal e aproveitou para questionar se a iluminação da rotunda dos Campeões, no cruzamento para Runa, também estará englobada nesse mesmo pacote, pois a estrada já foi requalificada há 2 anos, mas a rotunda continua às escuras.-----

-----Alertou ainda que as passadeiras na EN 248 que começa em Runa e atravessa Dois Portos não estão visíveis e se a edil tem conhecimento da situação.-----

-----A **presidente da Câmara** informou que o referido está equacionado.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

ESTRADA NACIONAL 115-2:-----

-----O *presidente de junta de freguesia da União de Freguesias de Maxial e Monte Redondo, Celso de Carvalho*, iniciou a sua intervenção deixando um cumprimento especial à população presente em representação de milhares de pessoas das duas freguesias, aos petionários e neste sentido sobre o tema que aqui os trouxe também agradeceu à presidente de Câmara, a força que fez junto do diretor da ACES para que ele próprio, e os colegas de Campelos e Outeiro da Cabeça e Ramalhal no dia anterior tivessem participado na já citada reunião, ou seja, agradecer ter feito parte daquilo que anunciará mais à frente, como sendo a solução.-----

-----Aproveitou também o facto de ter presente representação de munícipes da freguesia que preside, uma vez que no regresso a casa, eles vão ter que atravessar a EN115 - 2 e provavelmente a esta hora, se não forem com cuidado, vão rebentar algum pneu, para lembrar a

presidente da Câmara que a estrada efetivamente está em muito mau estado. -----

----A **presidente da Câmara** disse que tem que haver obra no próximo ano. -----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE TORRES VEDRAS:-----

----O *presidente de junta da freguesia da União de Freguesias de Maxial e Monte Redondo, Celso de Carvalho* assinalou que encerra no próximo dia 15 de outubro, mais uma época de combate a incêndios rurais e florestais do nosso país. -----

----Também assinalou que os bombeiros de Torres Vedras nesta época até à presente data foram chamados a intervir em 120 incêndios numa área total ardida de aproximadamente 12 hectares no concelho, e em 38 saídas para combate a incêndios fora de portas em auxílio a corpos de bombeiros de outros municípios. Por tudo isto, facilmente se conclui que esta época, a 18 dias do seu término está a ser um sucesso muito por culpa da rápida intervenção dos bombeiros torrienses ao primeiro sinal de alerta. -----

----De seguida anotou que o corpo de Bombeiros de Torres Vedras é composto por 120 mulheres e homens, comandados pelo comandante Hugo Jorge, tendo ainda 2 secções destacadas no terreno em Maxial e Silveira, que prestam igualmente um enorme serviço cultural com uma banda filarmónica composta por 70 elementos, e com cerca de 20 associados que fazem parte dos corpos sociais, sendo presidente da direção atual, Guilherme Ferreira. -----

----Por último anunciou que no passado dia 19 do corrente mês, os bombeiros receberam a convite da edil, o Ministro da Administração Interna, José Luís Carneiro, que entre outras coisas, referiu que os bombeiros Torres Vedras são exemplo nacional em matéria de organização e prontidão.-----

----Assim em nome do Grupo Municipal do Partido Socialista deseja as maiores felicidades à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários Torres Vedras, que no próximo dia 11 de outubro festeja a bonita idade de 120 anos.-----

----O *presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Correia* e também presidente do Assembleia Geral desta associação aceitou os parabéns. -----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

APROVAÇÃO DAS ATAS ANTERIORES:-----

----O **presidente da Mesa** colocou à votação a ata n.º 4 de 27 e 28 de junho de 2023 tendo a Assembleia Municipal, após algumas correções, aprovado por unanimidade o texto final da ata apresentada.-----

1- APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE PETIÇÕES:-----

1.1- PROPOSTA N.º 24/AM/2023 - “MANUTENÇÃO DO POSTO MÉDICO DE CAMPELOS - 1.º -

SUBSCRITOR - JOSÉ AUGUSTO DOS SANTOS:-----

-----Presente petição em título, conforme previsto no n.º 3 do art.º 68 do Regimento, a requerer que a Assembleia Municipal se pronuncie, enquanto órgão também com competências na saúde e tendo em conta o art.º 8 da Lei n.º 43.º/90 de 10/08 da qual se extrai o seguinte: -----

-----“Soubemos pelo Jornal badaladas de 7 de julho, que a Unidade de Saúde do Ramalhal vai abranger as das freguesias de Ramalhal, de Campelos e Outeiro da Cabeça e do Maxial e Monte Redondo. Depois os utentes que foram ao Posto Médico de campelos, foram sendo informados que futuramente, e em breve passariam a ter de se deslocar ao Ramalhal, porque este Posto Médico será encerrado. -----

-----Atendendo à população existente, superior a 3.000 habitantes, ao número de idosos e imigrantes aqui residentes, não queremos, nem podemos ter o Posto Médico fechado, e não queremos, nem podemos ir para o Centro de Saúde, ou Posto Médico do Ramalhal. -----

-----É esta a posição dos utentes do Posto Médico de Campelos.” -----

-----O **presidente da Mesa**, referiu-se ao considerando “ ... e não queremos, nem podemos ir para o Centro de Saúde, ou Posto Médico do Ramalhal.”, para indicar que o primeiro subscritor da moção, que interveio no período do público, assumiu que tem uma posição semelhante à petição do Maxial, no sentido de uma gestão articulada pelo que iriam deliberar só que “Atendendo à população existente, superior a 3.000 habitantes, ao número de idosos e imigrantes aqui residentes, não queremos, nem podemos ter o Posto Médico fechado...”. -----

-----De seguida deu a palavra ao **presidente da Comissão Permanente de Saúde, Rui Prudêncio** para apresentar o relatório produzido sobre as duas petições agendadas. -----

-----O presidente da citada comissão informou que reuniram quando receberam as 2 petições, as quais analisaram, tendo elaborado um relatório também com base na audiência que lhes foi solicitada pelos peticionários do Maxial. Todas as intervenções constam do respetivo relatório e deu nota das conclusões da Comissão de Saúde relativamente a estas 2 petições, abaixo transcrita:-----

-----“Não sendo abertura ou encerramento de unidades de saúde da competência jurídica e legal de nenhum órgão autárquico, esta comissão, composta por membros da Assembleia Municipal é a fiel depositário da vontade das populações que nos elegeram e neste sentido, cumpre-nos estar ao lado dos nossos cidadãos torrienses. -----

-----A Comissão não tem nem teve conhecimento oficial de qualquer encerramento de espaços de acesso à saúde no concelho, mas tem conhecimento da existência de iniciativas no sentido de criação de mais USFs no concelho. -----

-----Não sendo esta Comissão contra a criação de nenhuma USF ou outra qualquer instituição de saúde legalmente constituída ou que com aquelas possam coexistir, uma vez que somos carenciados em profissionais de saúde e excedentes em torrienses em médicos de família, pelo

que não podemos aceitar o encerramento, de polos ou extensões de saúde nos locais onde já existem e funcionam.-----

----Sendo a criação das novas unidades locais de saúde, uma oportunidade de reorganização e melhor financiamento dos cuidados de saúde hospitalar e dos cuidados primários, são também elas uma oportunidade para rever os critérios de funcionamento e financiamento das unidades de saúde familiar, permitindo assim que as unidades de saúde familiar que tenham polos de saúde ao seu cuidado, sejam melhor financiadas, evitando desta forma o seu encerramento.-----

----Considera ainda esta Comissão que as nossas populações não podem ficar desprotegidas de cuidados de saúde primários de proximidade, até porque esse é o desígnio fundamental do nosso Serviço Nacional de Saúde. Assim, a Comissão de Saúde, da Assembleia Municipal reunida a 21 de setembro, recomenda que se proceda à apreciação e deliberação da petição de “manutenção do posto médico de Campelos” nos termos da lei, propondo-se a sua remissão às entidades competentes em matéria de saúde.-----

----Se proceda ainda à apreciação e deliberação da petição “não ao encerramento posto clínico, extensão de saúde indignados e resistentes”, conforme deliberação da Comissão Permanente líderes em 12 de novembro, sob proposta do Senhor Presidente.”-----

----A concluir deu nota que estas conclusões foram votadas por unanimidade por todos os membros da Comissão, ou seja, todas as forças políticas que estão presentes nessa assembleia municipal e é com base neste relatório que hoje irão apreciar e deliberar as respetivas petições.---

----De seguida, e em nome do PS, o **deputado municipal Rui Prudêncio** fez a sua intervenção relativamente ao tema:-----

----Assim, disse que na área da saúde, e como já aqui foi sobejamente referido, estão num momento de mudança de paradigma, o modelo organizacional que existia na área da saúde, é um modelo que estava “em falência”, era um modelo que assentava nas administrações regionais de saúde, que depois tinham jurisdição sobre os hospitais e sobre os agrupamentos dos centros de saúde que por sua vez tinham as extensões e os polos.-----

----Lembrou que a colocação de médicos neste modelo, nos últimos anos, tem sido cada vez mais difícil. Os concursos que são abertos para as extensões ficam vazios e os médicos não concorrem e esse é claramente o problema do concelho, mas é também um problema do país, em particular da zona de Lisboa e Vale do Tejo, porque, de facto, este modelo já não tinha a atração por parte dos profissionais, porque não querem trabalhar o dia inteiro sozinhos naquele espaço, porque a medicina evoluiu, porque a especialização da área médica obriga hoje a trabalhar em equipa, têm vencimentos baixos, não tem progressão, ou seja, há um elencar de toda uma problemática que faz com que não queiram concorrer.-----

----À data Portugal é o quarto país do mundo com a população mais envelhecida, logo atrás do

Japão, a Itália e Espanha e têm que encontrar soluções para a prestação de cuidados a toda uma população envelhecida, com dificuldades de mobilidade e financeiras que com o modelo que tinham não funciona. -----

----Reforçou que presentemente os médicos querem ter acesso a decisões partilhadas, usar os meios complementares de diagnóstico, fazer rastreios, promover a saúde, e querem ter acesso aos programas que lhes permitem avançar na carreira, mas nada disto é possível neste modelo de centros de saúde com extensões de saúde.-----

----Acrescentou que este novo paradigma só é possível nas novas estruturas das unidades de saúde familiar, e que em boa hora este Governo entendeu que era necessária esta aposta, ou seja, o modelo integrado onde as administrações regionais de saúde, e os ACES vão desaparecer e a administração dos hospitais e os centros de saúde de cuidados primários, ficarão sobre uma única administração.-----

----Fez notar que está previsto que todo este modelo organizacional esteja concluído até dia 1 de janeiro do próximo ano. -----

----Defendeu que é uma altura para todos estarem atentos e pressionarem dado que é a única ferramenta de que dispõem, porque não lhes compete a eles autarcas decidir aberturas, ou encerramento seja do que for. -----

----Defendeu ainda que não há nenhuma razão racional para que os médicos que trabalham em equipa, que vão ganhar mais, que estão mais motivados, e que têm todas as condições, não se desloquem as vezes que forem necessárias aos respetivos polos para prestar os cuidados de saúde, a uma população com grandes dificuldades de mobilidade e financeira.-----

----Pensa que desta forma promovem a coesão territorial ao mesmo tempo que aumentam a massa crítica das próprias unidades de saúde e é possível atrair mais médicos, manter abertos espaços de prestação de saúde e os polos.-----

----Salientou que o PS criou o Serviço Nacional de Saúde, os portugueses têm o direito constitucional de ter acesso pleno aos cuidados de saúde e os polos são portas de acesso fundamentais aos cuidados de saúde. O seu encerramento significa piores cuidados de saúde e se eles existem e se são utilizados, através deles tem de se continuar a prestar os cuidados de saúde fundamentais para toda a população e não contam com o PS os encerrar.-----

----Destacou que o PS estará sempre ao lado das populações na defesa dos seus anseios e vontades, pois foram eleitos para os defender e são a favor da criação das unidades de saúde familiar, porque vão permitir atrair mais médicos, com melhores condições e por conseguinte ter mais população com médico de família, com melhores cuidados de saúde e são também a favor de manter os polos que estão em aberto das USF, ou seja, a trabalhar em conjunto com as USF. -

----Frisou que tudo farão para que as populações tenham mais e melhor acesso à saúde, nos

polos, nas USF e nos hospitais pois não contam com o PS para ceder num direito fundamental, como é o acesso de todos aos cuidados de saúde. -----

-----Frisou ainda que os polos ficam onde são necessários e onde a população o exige com cuidados de saúde, e as USF são todas bem-vindas, porque sem elas não haverá polos. Para o PS as pessoas estão primeiro do que qualquer interesse corporativo ou profissional, no entendimento de que as instituições servem para servir as pessoas não servem para servir os seus profissionais.-----

-----O *deputado municipal* **Francisco Corvelo** começou por dizer que todos sabem bem a degradação a que deixaram chegar o SNS, com a falta de médicos e enfermeiros de família, as urgências e serviços de especialidade encerrados, as consultas e cirurgias adiadas e atrasadas, milhares e milhares de portugueses sem acesso aos mais elementares serviços de saúde, enfim um imenso rol de problemas nos quais os afetados e prejudicados é sempre a população mais carente, e tudo isto, porque cada vez mais os recursos limitados do orçamento de estado são transferidos (cerca de 40%) para os privados que ganham “rios de dinheiro” à custa do “negócio da doença” levando muitas e muitas pessoas a terem de recorrer ao setor privado. -----

-----Acrescentou que para resolver os problemas, o governo tirou da cartola a reestruturação da quase generalidade do Serviço Nacional de Saúde criando as Unidades Locais de Saúde (ULS) agregando os hospitais com os ACES, que virá resolver os problemas da escassa troca de informação clínica, a deficiente referenciação dos utentes entre os centros de saúde e hospitais e o desaproveitamento de recursos. -----

-----Referiu que nas ULS já existentes em Matosinhos, Norte Alentejano, Alto Minho, Guarda, Baixo Alentejo, Castelo Branco, Nordeste e Litoral Alentejano, com uma ou outra exceção, o que se verifica é uma ainda maior centralização da gestão nas unidades hospitalares e a desvalorização dos cuidados de saúde primários que são sucessivamente relegados para segundo plano.-----

----- Prosseguiu dizendo que o que está em curso, se nada fizerem, em Torres Vedras terão mais uma ULS que coloca em secundaríssimo plano as unidades de saúde familiar e os seus polos, o que já ocorre com as tentativas de encerramento dos polos de Maxial e Campelos, a prova antecipada do que os esperaria se não fosse a oposição das populações afetadas. -----

-----Frisou que por aquilo que lhes é comunicado, afinal terão uma Unidade de Cuidados de Saúde Primários/Torres Vedras Norte, com três médicos e a seu cargo 10.812 utentes centralizada no Ramalhal, mas mantendo os polos de Campelos e Maxial em funcionamento, mas sabendo que cada médico tem a seu cargo no máximo de 1.500 utentes o que está garantido é a existência de mais de 6.000 utentes sem médico de família. -----

-----Neste quadro e apesar desta vitória a luta pelo direito a médico de família apenas agora

começou pelo que se exige que a presidência da Câmara Municipal de Torres Vedras, quando assinar protocolos com o ministério da saúde, indague bem quais os pressupostos que estão na sua base e quais as implicações práticas que os mesmos terão para as populações, em vez de se preocupar apenas em alijar as responsabilidades do governo e assumir responsabilidades que são da responsabilidade deste, pois há consequências.-----

----Perante tudo o que disse, o PCP votará favoravelmente contra o encerramento do polo de Campelos e o seu esvaziamento em termos de médicos, consubstanciada nesta petição.-----

----O *presidente de junta de freguesia da união de freguesias de Campelos e Outeiro da Cabeça* **José Damas Antunes**, antes de intervir expressou um agradecimento especial à população da sua freguesia presente, pois é muito bom ver que as pessoas se mobilizaram e se disponibilizaram para estar aqui. -----

----De seguida e enquadrando o assunto agendado, deu nota que a junta de freguesia realizou várias reuniões com ACES Oeste Sul, em que esteve também a médica que será responsável pela USF do Ramalhal, e numa das reuniões estiveram membros da assembleia de freguesia e elementos da população, mas a verdade é que sempre lhes foi dito que os polos de Campelos e do Maxial eram para encerrar, não estavam disponíveis para os manter, e as populações ou aceitavam, ou mantinham-se no sistema que estão atual sendo provável que não tivessem médico de família. -----

----Sobressaiu que foi isto que os representantes da população ouviram e por isso mobilizaram-se. -----

----De seguida agradeceu à senhora presidente de Câmara por ter promovido a reunião que se realizou no dia anterior em que estiveram presentes, para além dos 3 presidente de junta, todas as entidades que intervêm na criação das unidades de saúde familiar e no final da reunião “ficaram com uma luz ao fundo do túnel,”. Destacou ainda dessa reunião, que foi graças à intervenção da doutora Fátima Fonseca, que é membro da direção executiva do Serviço Nacional de Saúde que se condicionou que a candidatura da USF de Ramalhal viesse a ter os polos abertos de Campelos e Maxial, mas esta solução que agora se vislumbra não deve desmobilizar a luta das populações.-----

----Lembrou que se não tivesse havido esta mobilização da população, provavelmente não tinham chegado à reunião de ontem, não tinham chegado à admissão de que a candidatura tem que ser refeita para ter os polos de Campelos e do Maxial, mas esta esperança de que aconteça são meras intenções, e por enquanto vão ficar vigilantes e atentos, e não descansarão porque ao mínimo sinal, voltará a haver mobilização das populações, porque não vão baixar os braços.

----Aproveitou para deixar um apelo que também fez na reunião, relativamente aos utentes da freguesia de Miragaia, concelho da Lourinhã, uma vez que há utentes desta freguesia que estão a

500 metros do atual posto de saúde de Campelos e que há também cerca de 100 habitantes na localidade de Campelos que pertencem ao concelho da Lourinhã e não faz sentido empurrá-los para a Lourinhã. -----

----Lembrou que os mesmos responsáveis que estão ainda hoje no ACES Oeste Sul, disseram ao anterior executivo da freguesia de Campelos e Outeiro da Cabeça, em relação ao posto que havia no Outeiro da Cabeça, para fazer obras no posto saúde, mas o posto não voltou a abrir, e com este precedente, e não obstante terem gostado da decisão que ontem resultou da reunião, se valer tanto como o que aconteceu anteriormente, não vale nada, o que prova que não podem ser só os organismo de saúde a decidir, tem que haver a intervenção do poder político, sendo bom que as pessoas estejam atentas e participem porque esta decisão vai acontecer muito graças a estas manifestações. -----

----O *deputado municipal* **Pedro Castelo** disse que iria deixar umas ligeiras notas em relação à intervenção do deputado Rui Prudêncio, referindo-se concretamente à falência do modelo pois pensa que mais do que falência do modelo, é uma falência de todo o Ministério da Saúde interrogando-se também, tirando a decisão em relação à construção do novo Hospital do Oeste, o que é que têm ganho com este novo ministro da saúde.-----

----Reforçou que não é só um modelo que está em falência é o próprio ministério da saúde que parece que já faliu há muito tempo e quando o colega Rui diz que em boa hora o ministério decidiu, no seu entender foi em má hora, porque vai fazer 8 anos em novembro que têm um primeiro-ministro que fala de saúde, que mais parecem 8 anos perdidos, o que é importante ser lembrado.-----

----Lembrou também que no último mandato o CDS-PP e o PSD apresentaram moções para a fixação dos médicos de família que o PS chumbou, argumentando sempre que não era a câmara municipal, que competia arranjar essas soluções. -----

----Manifestou a sua satisfação porque ontem a senhora presidente da Câmara foi a Lisboa com 3 presidentes de junta à procura de uma solução.-----

----Assinalou ainda que quando se falava que o dinheiro não podia efetivamente passar por cima de tudo e é o próprio Ministério da Saúde que percebe finalmente que sem dinheiro não há médicos e a criação destas novas unidades de saúde familiar não é só para os médicos trabalharem em conjunto, não é só para os médicos estarem todos ligados é para os médicos ganharem mais, o que também tem que ser mencionado, não obstante esta solução ser vista por muitos como tardia. -----

----Por último, quanto ao facto de ter sido o PS, o fundador do Serviço Nacional de Saúde, não é menos verdade que nestes últimos anos tem tratado muito mal dele.-----

----Por sua vez o *deputado municipal* **Jorge Santos** começou por apresentar as maiores

felicitações do UTV ao público presente, pela sua participação cívica, e manifestou o desejo que se mantenham vigilantes e ativos, porque não há nenhum dado adquirido, apenas há propostas, e manifestações de intenção.-----

----Depois e com carácter preambular a propósito das petições que constam da ordem de trabalhos e porque foram informados que estavam ou estiveram a decorrer na Escola Básica do Ramalhal, obras para instalação (provisória) do Pólo do Ramalhal, questionou a veracidade desta informação e em caso de resposta afirmativa gostariam de saber quem foi a entidade executante das mesmas, quem era a dona da obra e a mando de quem estiveram a ser executadas.-----

----Reforçou que vêm estas questões a propósito da razão de tudo isto acontecer. -----

----Assim lembrou que as populações foram confrontadas com panfletos relativos à criação da UCSP de Torres Vedras Norte (aprovada em Conselho Geral a 24/08/2023) mas no site aparecia uma indicação que entraria em funcionamento a 1/08/23 e também foram confrontadas com SMS, com agendamento de consultas para esta entidade do Ramalhal, e sem que nada o fizesse prever deixariam de poder receber cuidados médicos no Maxial e em Campelos. -----

----Assim interroga-se como é que esta entidade foi criada e qual o grau de conhecimento e de participação de outras entidades. -----

----Acrescentou que para além daquelas evidências, as populações tiveram a primeira informação e o primeiro contacto com esta realidade através do jornal Badaladas, publicado a 7 de julho de 2023 e independentemente de quem sejam os verdadeiros responsáveis, importa dizer que estas questões não se aclaram nem se resolvem com proclamações de inocência e também não substituem os problemas e todas as aflições que as populações já passaram e impõe-se também que não as subestimem. -----

----De seguida felicitou a presidente da Câmara Municipal de Torres Vedras que, com a sua intervenção contribuiu pelo menos, pela indicada resolução, pela reversão desta situação, de um problema de 7 a 8 mil pessoas.-----

----Reforçou que afinal, apesar de estas questões da saúde constituírem, como sempre foi dito, competência do Governo Central, parece que quando há vontade e empenho os resultados aparecem, e que esta vontade determinada é aquilo que parece que tem faltado ao longo do tempo para a resolução de muitas das questões relativas à saúde no concelho.-----

----Perante o exposto afigura-se-lhes que a posição do UTV de acicatar a intervenção autárquica era e é inteiramente válida e desejam que assim continue, pelo que se impõe questionar o que mudou, ou seja, o que é que determinou esta alteração comportamental, parecendo-lhes que foi a percepção de que as populações afetadas apontavam em várias direções, e que provável e muito primordialmente, em direção à Câmara Municipal de Torres Vedras e conseqüentemente o receio de que este movimento alastrasse e contagiasse outras populações.-----

-----O *deputado municipal Carlos Filipe* referiu que a falta de médicos obriga, por vezes, as pessoas a tomarem decisões veementes e sem orientação. A responsabilidade tem uma cara, a importância da decisão, seja ela política e social ou cultural não será simples, mas, neste caso, faltou planeamento e estratégia, e a natureza humana insiste em cada definição para cada conceito e não pode depender de uma só definição de estratégia.-----

-----Face à gravidade da situação relativo ao programado encerramento das extensões do Centro de Saúde Maxial/ Monte Redondo e Campelos, em nome do CHEGA vem manifestar todo o apoio aos habitantes destas freguesias assim como condenar categoricamente a maneira como a mesma foi conduzida. -----

-----Assinalou ainda que esta agitação se deve à Câmara Municipal e aos acordos feitos com a Administração Regional de Saúde, que passou ao lado da Assembleia Municipal. -----

-----Por último fez notar que o CHEGA não está contra a formação das unidades de saúde familiares, mas sim contra encerramentos dos postos de saúde, medidas injustas e desumanas, e não podem pactuar com as indecisões, pois os seus conterrâneos merecem respeito. -----

-----Pedi para usar da palavra a **presidente da Câmara** começando por dizer que quer ela, quer o resto executivo, foram eleitos para defender o bem público e para defender a população visando criar as melhores condições cumprindo o programa do PS de acordo com o que acreditam. -----

----- Por outro lado, fez notar que é uma pessoa de diálogo, que aceita e considera todas as outras opiniões e estranha que não tenha sido desta maneira que as coisas tenham sido tratadas.

-----Fez ainda notar que nunca falou em qualquer extinção de qualquer polo ou extensão de saúde no concelho e ainda que seja incorreta a notícia que está no Badaladas, também não diz que as extensões iriam ser encerradas. O que está escrito é que iria haver um novo centro de saúde que servirá as populações do Ramalhal de Maxial e de Campelos, o que não podem dizer que é mentira, mas não diz que vai encerrar qualquer extensão de saúde.-----

-----Lembrou que a equipa que se disponibilizou para começar a formar uma USF, antes do centro de saúde do Ramalhal estar construído, crê que o fez porque o centro não poderá funcionar corretamente com os recursos humanos que existem agora, o que ressalva a importância da existência das unidades de saúde familiar para atrair outros médicos e outros profissionais de saúde para o território, pois nenhum profissional de saúde quer trabalhar sozinho numa extensão de saúde. -----

-----Acha que essas estruturas são absolutamente necessárias para virem a ter médicos no concelho de Torres Vedras. -----

-----Também disse que a certa altura verificou que as médicas estavam intransigentes relativamente à manutenção dos polos do Maxial e de Campelos, e como não é de fazer grandes parangonas nos jornais, foi falar com a tutela, foi falar com todas as pessoas que eventualmente

pudessem arranjar médicos rapidamente para esta unidade de saúde familiar que se estava a formar para que tivessem mais médicos e não fosse essa a justificação para irem encerrar os 2 polos, Campelos e Maxial, porque a justificação que as médicas davam é que não tinham recursos humanos suficientes para o efeito, ou seja era impossível trabalhar com os polos abertos, mas a sua tarefa relevou-se completamente impossível. -----

----Frisou que continuou a fazer diligências junto do ministro da saúde, tendo sido nessa sequência que se realizou a reunião já muito referenciada, não em Lisboa, mas em Torres Vedras com a presença da representante da direção executiva do Serviço Nacional de Saúde, Doutora Fátima Fonseca, com a vogal da ARS de Lisboa e Vale do Tejo, o diretor do ACES, duas das médicas, uma das enfermeiras, e os três presidentes de junta envolvidos, cuja presença considerou essencial, para todos exporem as suas preocupações e o que pretendiam, porque viu que não havia qualquer outra alternativa para resolver a situação que não fosse através da tutela, ou seja, quem estivesse acima do ACES. -----

----Informou que o diretor do ACES não decidiu absolutamente nesta situação, e resumia-se ao que as médicas achavam que deviam fazer porque ele não conseguia arranjar mais médicos, mas felizmente que a doutora Fátima Fonseca foi completamente assertiva na forma como lidou e liderou o problema e teve em consideração o que ela própria solicitou, comungando com o que sempre tinham solicitado os autarcas destas duas freguesias e ainda mantendo a situação do Ramalhal.-----

---- Anotou também que não podiam dizer que não queriam nada com esta equipa, porque elas já tinham para onde ir, facto que foi confirmado pela doutora Fátima Fonseca que as tinham convidado, e se assim fosse, não havia médico nem no Ramalhal, nem no Maxial. -----

----Por tudo isto crê que quando tomam decisões, têm que ver todas as consequências, o que fizeram e felizmente as decisões até ao momento vão no sentido daquilo que pretendem. -----

----Aproveitou para dar nota que a USF do Ramalhal ainda não está formada, e vai ser formalizada mediante uma candidatura, para a qual lhes foi dito que na mesma estavam integrados os dois polos, e terá sede no Ramalhal, tendo pedido à diretora para poder tornar público esta decisão. Impõe-se agora que acompanhem de perto este processo, que não pode ser deixado apenas nas mãos do diretor do ACES. -----

----Nesse propósito pediu desde já uma reunião, ao secretário de Estado, para lhe dizer que deve haver um grupo de trabalho que acompanhe o que está a ser feito, e onde é que vão ser feitas as outras unidades de saúde familiares, informação essencial para que possam planear o concelho, evitando o que veio a acontecer por causa de um protocolo celebrado em 2020, que não fala de extinções de nada, mas diz que a ARS e a Câmara Municipal vão construir centros de saúde, no Ramalhal, Runa e São Pedro da Cadeira. -----

-----Concluiu dizendo que agora é tempo de planear e trabalhar com pessoas que sejam de confiança, confiando uns nos outros, em prol da comunidade.-----

-----A Assembleia Municipal, deliberou por unanimidade, aprovar a petição em título e consequentemente remetê-la ao Gabinete do Ministro da Saúde, à Direção do ACES Oeste Sul, à Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, Direção Executiva do SNS, assim como à Câmara Municipal de Torres Vedras.-----

-----Anota-se que antes da votação deste ponto retirou-se da sessão o deputado municipal António Augusto Ferreira dos Anjos.-----

1.2- PROPOSTA N.º 25/AM/2023 - “NÃO AO ENCERRAMENTO DO POSTO CLÍNICO/EXTENSÃO DE SAÚDE - INDIGNADOS E RESISTENTES” - 1.º SUBSCRITOR JOSÉ AUGUSTO DE CARVALHO:-----

-----Presente petição em título, conforme previsto no n.º 3 do art.º 68 do regimento remetida a este órgão deliberativo, pela Assembleia da União de Freguesias de Maxial e Monte Redondo, tendo sido aprovada por unanimidade por este órgão em 6/09/2023, e que peticiona o seguinte:---

-----“Somos uma comunidade de cerca de 3.300 habitantes que ultimamente tem beneficiado de um significativo acréscimo de residentes. A nossa extensão de saúde dispõe de edifício próprio construído para o efeito pelo Ministério da Saúde. Funciona, a contento, com médico de família, enfermeiro e demais pessoal.-----

-----Querem transferir esta unidade de saúde outra freguesia e aí "acantonar" os médicos e demais pessoal de três freguesias. Pode ser "aconchegante" para os profissionais de saúde.-----

-----Porém, temos muitos conterrâneos idosos, de saúde frágil e fraca condição económica, sem transporte próprio. Acresce que não há transporte coletivo que sirva este objetivo.-----

-----O que reclamamos é que essa unidade concentrada, quando existir, funcione na base de três polos — Ramalhal, Campelos e Maxial — com a necessária coordenação entre si.-----

-----Somos um território há vários anos marginalizado.-----

-----Em Portugal continental, há 14 concelhos com menor população que nós. Vão extinguir, nesses concelhos, o respetivo serviço de saúde?-----

-----Indignados, recusamos ser abandonados.”-----

-----Para iniciar a discussão desta petição foi a dada a palavra ao *presidente da junta de freguesia da união das freguesias de Maxial e Monte Redondo Celso de Carvalho* que na senda da intervenção do colega José Damas Antunes acrescentou que na aludida reunião do dia anterior, as médicas insistiam que a deslocação do Maxial ao Ramalhal não custava nada e até já tinham feito uma escala de quilómetros.-----

-----Na reunião alertaram que o terreno é bastante íngreme e que se do Maxial ao Ramalhal são 5 quilómetros, da Ereira provavelmente são 11, sem esquecer que são a freguesia mais interior do

norte do concelho, encostando ao Cadaval e a Alenquer, e julga que não é intenção de ninguém que fiquem esquecidos, mas quanto mais empurrados para o norte, mais ficam esquecidos. -----

----- Também falaram de uma estimativa de custos de um táxi ou de um Uber para uma pessoa que precise de ir ao centro de saúde do Ramalhal, valor que provavelmente ascenderia, cada vez que se deslocasse a 10% a 15%, de uma reforma básica ou seja, seria incomportável, pois para pagar um táxi para ir ao médico, ficavam sem dinheiro para comprar remédios. -----

----- Falaram ainda das consequências, no que se refere a vários tipos de equipamentos que existem no Maxial, mais concretamente da farmácia e do posto de análise clínicas, que provavelmente encerravam, sem esquecer o péssimo estado em que se encontra a EN 115-2, que têm que utilizar para sair do Maxial, tendo sido todos estes constrangimentos que fizeram ver à doutora Fernanda Fonseca, no sentido de que é muito mais que perder médico de família, é uma questão de coesão social. -----

----- Deixou também a informação que a cada 10 anos os resultados dos censos, mostram que a freguesia do Maxial perde 2 a 3% da população, precisamente por causa do acesso, e por causa de ser interior e se o poder político, ou seja, a câmara municipal e a junta de freguesia nas suas modestas capacidades, compactuarem com isto, estão cada vez mais a afundar as freguesias do interior, o que pensa não ser o que se deseja. -----

----- Destacou a solidariedade do colega Espírito Santo, que embora tenha a USF na freguesia que preside, está do lado da defesa dos interesses dos fregueses de Maxial/Monte Redondo e Campelos/Outeiro da Cabeça, pelo que julga que no dia de ontem foi dado um passo muito importante, mas acrescentaria as tais reticências expressas pelo colega de Campelos/Outeiro da Cabeça, defendendo a necessidade de ver escrito que os polos de Maxial e Campelos continuam abertos, para que não venham outras pessoas amanhã fazer com que tenham outra vez a necessidade de angariar assinaturas e vir a este plenário, muito provavelmente fazer a maior assembleia municipal da história do município. -----

----- Terminando a sua intervenção evidenciou que também já teve a maior assembleia de freguesia com 60 pessoas e assim está genuinamente provado que as pessoas têm força quando se unem, mas julga que a fazer fé na reunião de ontem, chegaram a bom porto. -----

----- O *deputado municipal Luis Carlos Lopes* lembrou que desde 2017 que o PSD anda a colocar cartazes, não é de agora, não é de só de há 4 anos, e na altura eram 13.000 utentes sem médico de família, que, neste momento, já são 36.000. -----

----- Reafirmou que esta é uma preocupação de há muitos anos e são contra a extinção de polos ou extensões de saúde, desde sempre, sem dúvidas e sem hesitações e também acham que em freguesias que agregaram não faria qualquer tipo de sentido, dado que em vez de ganharem escala, iriam reduzir. Além de tudo o que foi referido, acresce ainda o facto de o PS estar no

Governo há 8 anos, ou seja, as políticas deviam ter sido implementadas há 8 anos. -----

-----Concorda que não podem ser os médicos a decidir, e era exatamente isso que estava a acontecer e também concorda com a edil quando alude à necessidade de haver planeamento, de haver organização e lembrou um antigo presidente de câmara que dizia que tudo o que interessa ao território, a Câmara Municipal tem que ser parte, tem que estar no momento, tem que ser chamada à decisão e isso não estava a acontecer. -----

-----No seu entender não há inocências, e não foi inocente o facto de no *site* Ministério da Saúde, já não haver polo de Campelos nem do Maxial, alguém o organizou, até porque estava muito bem feito e demorou o seu tempo a operacionalizar. -----

-----Repetiu que esta situação não é de agora e lembrou que no mandato anterior, quando o Dr. José Augusto de Carvalho era presidente da assembleia, várias vezes o PSD fez propostas para que houvessem incentivos, que o PS recusou, reforçando que o dinheiro é importante para os médicos, e a criação das unidades de saúde familiar, é precisamente porque os médicos vão ganhar mais, mas se dessem uma renda de casa e alguns incentivos, os médicos viriam para Torres Vedras e deviam ter feito isto mais cedo, ou pelo menos ter tentado.-----

-----Defendeu também que o que move os médicos, sobretudo na medicina geral e familiar não é a coordenação, é a remuneração pois a vida está difícil para toda a gente, embora admita que se for uma medicina diferenciada, se for num hospital, a parte da equipa é fundamental, portanto, no seu entender andaram a perder tempo. -----

-----Exaltou a presidente da Câmara que a reboque destas manifestações, se mexeu e congregou essa reunião, mas agora só falta que se concretize, e espera que se concretize à séria, com o afinco que lhe reconhece, não seja só para hoje, e que daqui a um ano já ninguém se lembre. Pensa que a população e também a edil não querem isso, sendo essa concretização que apoia pessoalmente e em nome do Grupo Municipal do PSD de uma forma reiterada, intensa e com o entusiasmo que os move, em prol do concelho, mas também pela freguesia do Maxial. -----

-----Salientou nada ter contra as unidades de saúde familiar, mas não se pode abandonar a população envelhecida, que já têm imensa dificuldade em chegar ao Maxial quanto mais ao Ramalhal.-----

-----Tal como já referiu na sua anterior intervenção o *deputado municipal* **Francisco Corvelo** alertou que com a atual reestruturação do SNS estão a assistir à destruição do modelo orgânico anterior, e à anunciada criação das Unidades Locais de Saúde, englobando as Administrações Hospitalares e Unidades de Cuidados de Saúde Primários, com uma administração de 6 elementos (5 nomeados pelo governo e um pela CIM) com a conseqüente criação das USF tipo B constituídas por iniciativa dos médicos e com uma autonomia orgânica quanto à sua gestão e na qual os médicos auferirão um vencimento que no mínimo será de cerca de três vezes mais do que

recebiam nas antigas USF tipo A. -----

-----Reforçou que para além daquilo que é o alijar de responsabilidades na construção, manutenção e funcionamento das diferentes unidades de saúde, pelo governo, remetendo esse encargo para as autarquias, sem quaisquer transferências de verbas suplementares, muitas são as questões que este modelo levanta, desde logo o esbarrar no preceito constitucional expresso no art.º 64.º que diz no n.º 1 que “Todos têm direito à proteção da saúde e o dever de a defender e promover e na alínea a) explicita “Através de um serviço nacional de saúde universal e geral e, tendo em conta as condições económicas e sociais dos cidadãos, tendencialmente gratuito”. -----

-----Disse ainda que ao atirar essa responsabilidade para os municípios, os cidadãos que vivem em municípios que não tenham disponibilidade económica ou vontade política para fazer esses investimentos, serão privados do direito universal à saúde consagrado na constituição. -----

-----Prosseguiu referindo que no caso do pretendido encerramento do polo do Maxial aquilo que se verificava é que, ainda antes deste novo modelo estar em vigor, já a pretensa futura responsável da USF tipo B do Ramalhal fazia uso do seu livre arbítrio para determinar o encerramento deste polo e a transferência sem mais quês nem porquês dos milhares de utentes do Maxial/Monte Redondo e Campelos/Outeiro para a “sua” USF tipo B do Ramalhal e ainda acrescentava que ou era como ela determinava ou ia embora. Isto numa primeira fase, perante a passividade de uma câmara que deveria ter em conta que o SNS existe para servir as populações e não os interesses de alguns profissionais de saúde. -----

-----Declarou que o PCP ficou satisfeito com a notícia de que esta médica recebeu instruções do SNS para reformular a sua proposta e manter os polos em funcionamento, mas resta saber o que se passará a seguir, designadamente em termos de garantir médicos de família, pois desenganam-se aqueles que julgam que este problema se resumiu apenas ao Maxial/Monte Redondo e Campelos, uma vez que já é do domínio público que aquilo que é pretendido com esta reestruturação é que Dois Portos, Freiria, Carvoeira, Carmões, Ponte de Rol e Maceira sigam exatamente o mesmo caminho.-----

-----Desta forma e apesar deste pequeno êxito há que ter muita atenção ao evoluir desta situação. O PCP não é contrário à criação das USF tipo B, desde que estas assegurem os cuidados médicos e de enfermagem de proximidade e cumpram de facto o preceito constitucional do direito universal à saúde, e assim votarão a favor desta petição.-----

-----O *deputado municipal Jorge Santos* assinalou que o UTV nunca acreditou, nem acredita em soluções mágicas, únicas ou milagrosas face aos desafios que se colocam à gestão da saúde na cidade e nas freguesias do concelho de Torres Vedras, mas acredita na inteligência de soluções multifacetadas, multidisciplinares com medidas tomadas em simultâneo, alinhadas em metas comuns, com um calendário e uma visão coerentes, e com a determinação também clara sobre os

objetivos, e sobre que gestão da saúde que querem na cidade e nas freguesias, no futuro mais próximo e no mais longínquo. -----

-----Lembrou que quando em 2021 o UTV foi criado realizou diversas reuniões com profissionais e entidades ligadas à saúde do concelho, tendo obtido os seguintes dados: -----

-----Existem 16 polos/extensões de saúde, onde uma boa parte funciona precariamente, alguns abrem apenas uma vez por semana, outros nem médico têm; existem apenas 3 unidades de saúde familiar a funcionar, sendo que uma delas está concluída, a da Ventosa, mas não está em funcionamento; neste momento há mais de 36 mil torrienses sem médico de família; o Hospital de Torres Vedras não tem médicos suficientes e as instalações são precárias; está definido pela Administração Central que haverá apenas um Hospital para todo o Oeste e não 2, decisão que é definitiva; estão a ser construídas/projetadas as USF de A-dos-Cunhados, Ramalhal, Runa e S. Pedro da Cadeira; sabemos também que a USF do Ramalhal agregará a população do Ramalhal, Campelos e Outeiro, Maxial e Monte Redondo, e que já existe uma equipa de médicos e enfermeiros para a colocar em funcionamento; que as USF iriam agregar diversos polos prestando assim um melhor serviço à população. -----

-----Posto isto e como ponto de partida, disse que o UTV não pode aceitar:-----

-----Que o Governo, a exemplo da decisão sobre o hospital do oeste, adie constantemente decisões importantes sobre a saúde e que não assuma competências que são suas; que o Partido Socialista de Torres Vedras, desde sempre no poder, não se entenda internamente, não assuma o que estava definido e que tenha dito uma coisa e defenda outra; que a Câmara Municipal não tenha usado a sua autoridade de guardião da saúde da população do concelho, adotando um conjunto de iniciativas, como por exemplo a cedência provisória de parte do antigo Hospital do Barro para alguns serviços do Hospital de Torres Vedras, permitindo um melhor funcionamento do atual hospital, dando nota dos argumentos aduzidos para esta decisão; que a população não tenha sido consultada e esclarecida ao longo destes anos quando o protocolo para a construção da USF do Ramalhal, aqui em causa nestas petições, tal e qual como de Campelos, foi assinado em 2020 entre a administração central e a Câmara Municipal de Torres Vedras; que a população continue sem médicos de família e com cuidados precários de saúde; que se encerrem polos/extensões de saúde sem aviso prévio e sem que qualquer unidade de saúde familiar futura esteja a funcionar em pleno e a garantir o acesso das populações aos cuidados de saúde. -----

-----Frisou, porque se desconhece a estrutura que virá a ser criada na reestruturação a implementar no SNS, que não podem assegurar, nesta fase prematura, a manutenção ou encerramento de polos/extensões de saúde desde que tal não seja legalmente possível.-----

-----Concluiu manifestando que são frontalmente contra o encerramento dos polos/extensões de Campelos e Maxial sem estrutura adequada alternativa à manutenção do acesso aos cuidados de

saúde primários, por parte das populações, e dada a exiguidade do tempo, não podiam não votar favoravelmente a manutenção e funcionamento dos polos das extensões de saúde para prestação de cuidados de saúde primários às populações de Maxial e de Campelos. -----

---- Por sua vez o *deputado municipal Pedro Castelo* disse que a sua intervenção serviria para marcar a posição do CDS, e nesse sentido disse que concorda e comunga das palavras da edil em relação à confiança mútua que referiu, mas para que esta confiança mútua aconteça, é preciso uma maior transparência desde o início do processo, transparência essa que parece que só agora começa a surgir em função da muita informação que só agora dispõe, porque não lhe parece que seja uma médica que se lembre de repente que vai criar uma unidade de saúde familiar, que precisa de instalações e que sabe que para avançar vai ter que o apoio de alguém para pagar, por isso a intenção já vem de trás, não vêm só de agora. -----

----Nesta sequência interroga-se se um concelho como Torres Vedras com 82.000 residentes, e com um orçamento de 68 milhões de euros por ano, pode ficar refém da vontade de uma médica e pode efetivamente seguir um caminho, sabendo que poderão no futuro aparecer outros casos semelhantes, se o município não for firme desta vez. -----

----Fez suas as palavras do autarca de Campelos que “há uma luz ao fundo do túnel”, que são boas notícias, que gostariam de confirmar como certas e duradouras, mas quantas decisões no setor da saúde já viram ser revertidas, como por exemplo, como já referido, o encerramento da extensão de saúde de Outeiro da Cabeça. -----

----Considera um mau exemplo de um Estado que se dá ao luxo de desperdiçar instalações que são suas como as do Maxial, que gastou dinheiro a requalificá-las, e que foram oferecidas e criadas para o efeito e que agora esbanja, abandonando, mais do que as instalações, abandonando as populações. -----

----Pelo exposto sinalizou que tem a sensação nítida, que vão sair da sessão com muito pouco de concreto, e poucas certezas e nesse sentido fica ciente que isto não acaba aqui hoje, mas começa aqui agora. -----

----O *deputado municipal Rui Prudêncio* disse que ouviram algumas considerações sobre a posição do Partido Socialista relativamente a estas matérias e pensava que tinha sido bastante claro na sua primeira intervenção, mas parecia que havia quem não tenha entendido.-----

----Assim e relativamente aos médicos quererem ganhar mais, considera isso óbvio, e não sendo competência da câmara municipal contratar médicos, é possível a câmara municipal exercer pressão para que o Ministério resolva a situação, sendo isso que tem a certeza que o executivo e a senhora presidente da Câmara fazem todos os dias. -----

----Defendeu que a posição do Partido Socialista é unânime, não há divergências nas suas palavras, mas encontra divergências nalguns a quem ouviu dizer que eram a favor do não

encerramento dos polos, e que recordou: “ainda estamos a falar de extensões e de polos; o que devemos ter são USF; ainda estamos a pensar em extensões? o papel da autarquia é arranjar transporte para levar as pessoas 3, 4, 5, 6 quilómetros.” -----

-----Continuou dando nota que estas frases foram ditas por um vereador do UTV numa reunião de câmara realizada no dia 29 de agosto, mas o que precisam é que quem está nesta discussão, seja honesto e assuma as suas responsabilidades. Todos podem mudar de opinião quando a realidade muda, o que não podem é expô-la como se de alguma forma tivessem sempre a mesma posição. -----

----- Reforçou que a posição do Partido Socialista é só uma, USF sim, com os polos onde eles são precisos, onde as populações querem e onde estão abertos e estão a trabalhar e essa será sempre a posição do Partido Socialista e será sempre por isso que lutarão. -----

-----A **presidente da Câmara** disse que quando falam em questões de transparência, não se devem referir apenas ao dia de hoje, lembrando que o protocolo que referiu na intervenção anterior foi aprovado e assinado por outro executivo em 2020, formalizado através de uma assinatura pública, para a qual foram convidados os deputados municipais. Também a informação sobre o mesmo foi dada a conhecer em Assembleia Municipal de 29/7/2020, não tendo os deputados presentes questionado absolutamente nada. -----

-----O *deputado municipal Pedro Castelo* em resposta disse que não se referiu ao protocolo em causa, e o que pretendeu dizer com a questão de transparência e que mantém é que este processo de criação de uma unidade de saúde familiar na freguesia do Ramalhal não nasceu do nada. Quanto às diligências que a edil veio reportar, acha que não faz nenhum favor porque é a sua obrigação e que teria sido um processo transparente se houvesse participação e não houve.--

-----A Assembleia Municipal, deliberou por unanimidade, aprovar a petição em título e consequentemente remetê-la ao Gabinete do Ministro da Saúde, à Direção do ACES Oeste Sul, à Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, Direção Executiva do SNS, assim como à Câmara Municipal de Torres Vedras. -----

2 – PROPOSTA N.º 22/CM/2023 - APRECIACÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS INTERCALARES DE 2023 DA CÂMARA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS E DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO: -----

-----Presente ofício número 5680, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 13/09/2023 a remeter, para conhecimento, a informação da situação económica e financeira relativa ao 1.º semestre de 2023, da câmara municipal, e dos serviços municipalizados de água e saneamento.--

-----Sobre as contas em apreciação a **presidente da Câmara** começou por referir que em termos de desempenho financeiro, a câmara municipal teve um resultado líquido positivo de 291 milhões de euros, superior em cerca de 6 milhões relativamente ao semestre equivalente no ano anterior,

teve aumento do IMI, mas uma diminuição do IMT, também teve um aumento nos licenciamentos de obras em mais 200.000 euros, assim como aumentos nas transferências e subsídios, fundamentalmente devido às transferências de competências nas áreas da educação, saúde e da ação social. -----

----No âmbito dos gastos, verificou-se incremento com fornecimentos e serviços externos, nomeadamente eletricidade, serviços de limpeza e higiene, e refeições para os refeitórios escolares, que têm a ver fundamentalmente com as aludidas transferências de competências. Já os aumentos dos gastos com pessoal resultaram, sobretudo devido à atualização de remunerações decorrentes da legislação e ainda tendo em atenção o SIADAP, porque o acréscimo de efetivos foi apenas de 10 colaboradores. -----

----Continuou dando nota do aumento do valor das transferências e subsídios concedidos às instituições sem fins lucrativos e às freguesias. -----

----Deu nota ainda que as contas em análise reportam uma diminuição da comparticipação para os SMAS, a reversão das depreciações e amortizações que fez com o resultado líquido fosse bastante mais positivo e em termos de posição económico-financeira, um investimento de 4,7 milhões de euros, nomeadamente para a construção da EB do Ramalhal, equipamento e material recreativo, reabilitação de alguns espaços de trabalho, empreitadas de beneficiação de arruamentos, entre outros, devidamente assinalados no próprio relatório. -----

----Também reportam um aumento global do passivo de 3,4 milhões relativo a várias faturas datadas de finais de julho de fornecedores que não foram consideradas e que contribuíram igualmente para o incremento e despesas inerentes à desmaterialização do processo da não utilização do papel,-----

---- Salientou que o valor dos financiamentos cresceu devido ao empréstimo para a construção da EB do Ramalhal, investimentos dos SMAS e apoio às juntas de freguesia para aquisição de viaturas para os transportes escolares.-----

----Relativamente à execução da receita, as contas registam 54% face ao inicialmente orçado, dado que houve o aumento das receitas, e a despesa fica na ordem dos 43% do valor orçamentado, pelos aumentos dos trabalhadores e reposições remuneratórias. -----

----Ainda sobre as contas intercalares da câmara municipal anotou que o relatório está substancialmente mais completo do que era habitual, com uma resenha dos trabalhos e atividades do semestre que permite uma melhor informação assim como alguns quadros a condensar a informação, que consta em maior detalhe no documento.-----

----Abordando as contas dos SMAS deu nota que o resultado líquido, passou de muito negativo para € 300.956,00, quando anteriormente era de €346.136,00negativos. -----

----Relativamente à execução do plano plurianual de investimentos, as obras de abastecimento

de água correspondem a 52 % do valor orçamentado, as de saneamento a 37,25% e dos resíduos sólidos a 57,97%.-----

-----Os gastos com pessoal também sofreram um aumento de 13,41 %, por um lado, devido a reposicionamentos e aumentos dos vencimentos, e houve incremento dos gastos com fornecimentos e serviços externos em 222 mil euros, cerca de mais 7,21 % em relação ao período homólogo. -----

-----Como última nota que considerou importante, reportou-se ao consumo de combustível na recolha dos resíduos, comparativamente com 2021, antes de terem em funcionamento a estação de tratamento e de transferência da Valorsul onde se verifica uma redução de 21% nos litros de combustível consumidos, 30% nos quilómetros percorridos e 16% nos gastos com combustível.

-----Salientou que os rácios financeiros dos SMAS se mantêm dentro dos valores necessários para o equilíbrio financeiro da própria da entidade.-----

-----A *deputada municipal* **Marta Gerales** começou por parabenizar os serviços pela alteração dos documentos já mencionada pela edil, que os ajuda, sem ser preciso fazer uma leitura exaustiva pois os referidos quadros não só contêm os números como dão uma pequena explicação das principais diferenças ao longo do relatório. Dispensa toda aquela parte da informação da atividade do município, mas percebe que faz sentido para acompanhar as rubricas compaginando-as com as diversas atividades. -----

-----Prosseguiu dizendo que estas contas intercalares estão mais positivas do que no ano transato, certamente tendo em conta as depreciações, processo que parece estar a evoluir bem e que permitiu uma grande diferença no resultado líquido que tinham, o qual não fazia sentido nenhum e também não correspondia à imagem do que são as contas do município. -----

----- Estas contas, que relatam mais IMI mas menos IMT dá-lhes uma imagem que estão fazer menos transações, um certo sinal do que é o mercado imobiliário, o que considera interessante. --

-----O *deputado municipal* **Francisco Corvelo** assinalou que a câmara municipal apresenta um resultado antes de depreciações e gastos de financiamento positivo em mais de € 3.848.152,56, ou seja, € 17,84 superior ao valor registado no período anterior, e o resultado líquido do período é positivo no valor de € 291.703,30. -----

-----Por outro lado verificaram que as grandes opções do plano apresentam uma execução de 32%, e em igual período do ano transato, do lado da receita um grau de execução de 54% contra 61% e do lado da despesa um grau de execução de 43% contra 48% que não consideram motivo de regozijo, antes pelo contrário, é motivo de alguma apreensão. -----

-----Nesta senda fez notar que muito há que fazer no concelho e não se podem dar ao luxo de apenas executar uma parte reduzida do orçamento deixando de lado obras fundamentais para o desenvolvimento. -----

-----Defendeu que o PCP não é de modo algum partidário que a câmara municipal gaste mais que as suas possibilidades, conduzindo a edilidade para uma situação de insolvência, mas não podem aceitar que em nome de uma gestão equilibrada se deixem de fazer as obras necessárias e os investimentos necessários ao desenvolvimento do concelho, apenas em nome do rigor da gestão orçamental. -----

-----Assim, apresentar resultados de cerca de 292 mil euros e ao mesmo tempo negar transportes às crianças para a realização de visitas de estudo como acontece por exemplo na Maceira, não pode ser para motivo de orgulho e de satisfação, como não pode ser a manutenção dos passeios da cidade na sua grande parte degradados e que constituem autênticas barreiras aos concidadãos com deficiência motora.-----

-----Fez ainda notar que se lhe disserem que resulta de opções, não contesta, apenas diz que são opções estão erradas.-----

-----Quanto aos resultados apresentados pelo SMAS verificaram que o resultado é de € 300.956,49, uma variação positiva de € 647.092,98, números com os quais se congratulam, mas não podem esquecer que se devem quer aos elevados preços de venda, quer às elevadas taxas aplicadas, que se situam entre as mais elevadas do país.-----

-----Finalmente alertam que ainda existem locais no concelho sem água canalizada e este terá de ser um direito extensivo a todos os munícipes torrienses, independentemente do local onde habitem e que exige investimento. Sabem que nem sempre é fácil de fazer cumprir este direito, mas não podem em momento algum desistir de perseguir esse objetivo. -----

-----Teve de seguida a palavra o *deputado municipal Rui Estrela* para fazer uma apreciação breve do UTV às contas em discussão, mas como nota preliminar disse que de facto há melhoria gráfica na sua apresentação, mas continuam a não ser publicamente apresentadas previamente à Assembleia Municipal. Sabem que o plenário é o local formal, mas sabem que estas contas devem ser também dirigidas a todos os munícipes.-----

-----Sobre esta nota o **presidente da Assembleia** respondeu que devem ser apresentadas a todos os munícipes depois de apresentadas à Assembleia Municipal. -----

-----Não concordando o *deputado municipal Rui Estrela* fez notar que, por uma questão da tal transparência que já tinha sido falada na sessão, assim como em qualquer instituição, as contas da autarquia podem ser tornadas públicas antes de serem aprovadas em assembleia, logo que o executivo municipal as tenha prontas. -----

-----Em relação às próprias contas intercalares e no que se refere à Câmara Municipal deu nota de mais incremento e que é um incremento continuado de custos com pessoal em mais de 1 milhão e meio, face ao primeiro semestre do ano passado, tal como nos fornecimentos e serviços externos, em mais 800.000 euros. -----

-----Deu igualmente nota que estas contas já são apresentadas com o método de amortizações que vai ao encontro da sugestão do UTV ao executivo que a acolheu e em boa hora o fez, porque permite este resultado positivo. -----

-----No tocante aos SMAS solicitou que lhes fosse disponibilizado, futuramente, também relativamente ao primeiro semestre, uma informação sobre os resultados por centros de custos no que diz respeito à água, saneamento e RSU, que não é explícito na leitura que fazem do relatório, uma vez que era importante perceberem, de uma forma geral, se os resultados positivos agora ostentados são fruto do crescimento significativo e sucessivo de tarifas.-----

-----O *deputado municipal Sérgio Simões* salientou o facto de conseguir fazer uma análise financeira em termos de orçamento de um semestre mas já no que respeita ao plano plurianual de investimentos, isto não é crível, primeiro porque os SMAS não consegue iniciar a 1 de janeiro de uma maneira geral, obras novas com o saldo de tesouraria que só é aprovado pela Assembleia em finais de abril, o que significa que obras novas só começam a ser executadas no segundo semestre e conseqüentemente o primeiro semestre têm sempre um grau de execução muito baixo. -----

-----Considera que apreciar estes números que constam da informação de gestão do 1.º semestre do ponto de vista de verem se o resultado é positivo ou se é negativo, é redutor, já que os SMAS, como qualquer instituição pública não tem uma vocação comercial para ter lucro, e os resultados excedentes que eventualmente tiverem e têm muitas vezes, têm como objetivo a sua função social que é a de fornecer os seus serviços em qualidade e quantidade e a preços acessíveis e isso só é possível se a instituição atingir um grau de sustentabilidade que lhe permita cobrir os custos com as receitas e ter um *superavit* que possa aplicar nessa função social. -----

----- Assim aquilo que verificou nestas contas semestrais é que o caminho está a ser percorrido nesse sentido e é por essa razão que a apreciação do Grupo Municipal do PS é positiva. -----

-----Explicou também a questão da faturação das Águas de Lisboa e Vale do Tejo, que é sempre no mês seguinte, e a questão dos prazos de pagamento a 42 dias que têm a ver com os próprios prazos que a entidade reguladora impõe aos prestadores de serviços para receberem dos contribuintes. -----

-----Relativamente aos custos pessoal, o crescimento tem a ver exclusivamente com os aumentos salariais derivados de reposicionamentos de carreira e os que foram efetuados no princípio do ano, que trazem em por si próprios também outros acréscimos em encargos de segurança social caixa geral de aposentações, situação que não o preocupa muito porque a percentagem de custos com pessoal versus/receitas é extremamente baixa, mesmo em termos de níveis nacionais. -----

-----Pensa que estas contas, até porque continuam em seca, ou seja, já não há tanta água da chuva a entrar nas ETARS, perspetivam no final de 2023 resultados positivos que permitam que

os SMAS possam dar mais uns “passinhos” em termos de sustentabilidade. -----

----Concordou com a sugestão do UTV no que se refere à desagregação da demonstração de resultados, o que sabe que é feito nas contas finais, mas mesmo em termos semestrais poder-se-ia fazer um esforço no sentido desagregar os 3 serviços, para terem uma ideia mais clara. -----

----A *deputada municipal Ana Teresa Carvalho* disse que a sua intervenção não se prendia diretamente com as contas, mas de forma indireta estavam a falar da taxação, e do reforço orçamental que possa ser necessário para que as contas possam melhorar, alertando que continuavam a não abordar o problema de forma estratégica que é retirar dos resíduos indiferenciados, aqueles que são pagos, já que a melhoria desses valores repercutia-se diretamente nas contas, assim como na imagem de Torres Vedras como uma câmara é munícipes com preocupações ambientais. -----

----Acrescentou que este alerta também se aplica aos biorresíduos sobre os quais já deviam ter a perceção do que vai acontecer, porque há metas até ao final do ano pelo que gostava de ser esclarecida sobre estes assuntos. -----

----O *deputado municipal Luis Carlos Lopes*, na senda do que a sua colega de bancada explanou, enfatizou a diferenciação do relatório da câmara municipal em relação aos anos anteriores, com infografias muito elucidativas e que ajudam. -----

----Referiu-se aos impostos mais concretamente à ligeira subida do IMI, ao facto de não perceber o aumento de € 158.000,00 de IUC, mas como é um valor substantivo algo deve ter surgido, à diminuição de IMT de € 544.000,00 assim como à receita em termos de licenciamentos de obras ter aumentado € 268.000,00. -----

----Por fim no que se refere ao serviço de apoio à família que foi institucionalizado no tempo em que foi vereador, através de contratos interadministrativos, não sabe se as juntas de freguesia ganhavam alguma coisa ou se era só prestação de serviços e se não perdem nada com o facto de ser centralizado diretamente na Câmara. -----

----Nesta altura o *presidente da junta de freguesia do Ramalhal, António Espirito Santo* pediu a palavra para, em relação aos SMAS, falar da questão da reciclagem na freguesia que preside, problema que o confrange, mas que é comum quase todas as freguesias do concelho. -----

----Assim, deu nota que grande parte das pessoas não recicla, e que 50% do lixo é indevidamente depositado nos contentores, pelo que acha que deveriam ser feitas campanhas de sensibilização e devia haver uma fiscalização mais intensa, para de alguma forma se começar a evoluir nesse sentido. -----

----Por sua vez o *presidente da junta de freguesia da união das freguesias da Carvoeira e Carmões, Nuno Pinto* para concluir o raciocínio do colega deu nota que decidiu há dois meses atrás que não faria a recolha de monstros porque recolhem num dia e no outro já tem mais e

assim andavam a sustentar os prevaricadores. A junta agora não recolhe, o que leva a que a população esteja mais desperta para este problema e têm que ser os próprios a denunciar para inverter este pensamento senão dificilmente lá chegarão.-----

-----Terminadas as intervenções e relativamente à questão da reciclagem a **presidente da Câmara** esclareceu que estão a trabalhar uma campanha apelando à consciencialização das pessoas, que no caso dos biorresíduos, terá início no mês de outubro, com a “Atividade Verde”.---

-----A Assembleia Municipal, tendo presente o disposto na alínea d), do n.º 2 do art.º 77, da Lei n.º 73/2013, de 3/09, na sua atual redação, tomou conhecimento das contas intercalares de 2023 da Câmara Municipal de Torres Vedras e dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento. -----

-----Nesta altura o **presidente da Mesa** informou que o vereador Sérgio Galvão, após a intervenção do deputado municipal Rui Prudêncio no ponto 1.2, lhe pediu para fazer a defesa da honra, que então não lhe concedeu, mas após alguma reflexão, tendo em conta que foi nomeado alguém e revertia a sua decisão dando a palavra ao vereador para exercer nos termos regimentais o direito à defesa da honra.-----

-----O vereador **Sérgio Galvão** disse que não iria dizer que não disse aquilo que o Rui Prudêncio referiu, porque disse e agora reafirma, mas o que o deputado disse a seguir “viraram completamente de opinião e votaram agora a favor”, é que não admite.-----

----- Assim, frisou que defende as USF com cerca de 8.000 utentes e que sejam agregadoras como vai acontecer no Ramalhal, agregando Maxial e Campelos. Defende isso, intransigentemente e é assim que vão ter 5 médicos, 5 enfermeiros, e que há médicos todos os dias das 9 da manhã até às 6 da tarde. Defende isso intransigentemente, porque é o futuro para o concelho. Acha que não há dúvidas e todos defendem a criação de USF.-----

-----O UTV defendeu isso inclusive quando a câmara falou que devem assegurar para as pessoas que não têm mobilidade, o transporte para irem lá diariamente, o que é o pensamento lógico de toda as pessoas.-----

-----No contexto em que falou, não falou sequer em polos, estava a falar no futuro e relativamente àquilo que deveria ser o futuro do concelho em termos de saúde. Nunca invocou o encerramento de polos, mais a mais polos como o Maxial e como Campelos, que nem sequer têm unidades familiares de saúde a funcionar, estando o encerramento completamente fora de questão.-----

-----Acrescentou que as unidades de gestão, atendendo à ruralidade, número de pessoas com mobilidade reduzida, etc podem abrir polos. No concelho existem 16 extensões, e qualquer extensão tem direito a ficar, mas o caminho deveria ser primeiro criar USF e depois eventualmente a unidade de gestão criar polos, caso exista a necessidade e se existisse no Maxial e em Campelos tudo bem.-----

-----Como o colega citou as suas palavras, também iria citar o que o deputado municipal Rui

Prudêncio disse nas reuniões da comissão de saúde: “não podemos ter um médico em cada capelinha”. Na altura, a Ponte Rol tinha médico de família, e o nome do Pedro Vaza foi por ele dito no sentido de que teria de aceitar a agregação à Silveira, mas, entretanto, recebeu o José Augusto de Carvalho dizendo a seguir: “eu não entendo porque é que o polo do Maxial ou outro qualquer deve encerrar e, portanto, tem o nosso apoio incondicional, iremos mover todos os mecanismos para manter o polo.”, interrogando-se quem é que mudou. -----

-----Tendo o deputado municipal Rui Prudêncio solicitado a palavra para responder, **o presidente da Mesa** anuiu, não sem antes dizer que o vereador se excedeu nas considerações políticas e não na defesa da sua honra. -----

-----O *deputado municipal Rui Prudêncio* corroborou a sua posição, ou seja, não foi dizer, foi apenas transcrever o que ouviu o vereador dizer no vídeo e que ele próprio não desmentiu.-----

-----Quanto àquilo que ele próprio disse, não sabe se está em ata, mas não se lembra de o dizer.-

-----Reforçou que as declarações do vereador são factuais e estão no vídeo, e assim aquilo que disse está certo, e ele confirmou. -----

-----Dando por concluído o assunto e uma vez que se aproximavam do tempo regimental para encerramento dos trabalhos, o **presidente da Mesa** suspendeu a sessão, colocando à votação a ata em minuta. -----

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA:-----

-----Tendo sido pedido pelo Presidente da Mesa, José Manuel Correia, a aprovação da minuta da ata da reunião, foi a mesma, aprovada por unanimidade, sem prejuízo de eventuais correções ou precisão a fazer no texto definitivo.-----

ENCERRAMENTO:-----

-----Pelos 24:55 horas, o presidente da Mesa da Assembleia Municipal, deu por encerrada a presente reunião, o que mereceu a concordância de todos os membros da assembleia, indicando que continuaria no dia seguinte, tal como devidamente publicitado, uma vez que não foram discutidos todos os pontos agendados.-----

AOS VINTE E OITO DIAS DO MÊS DE SETEMBRO PELAS 21.00 HORAS, REUNIU A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS, PARA CONTINUAÇÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA, INICIADA EM 27 DE SETEMBRO DE 2023:-----

-----Presidiu o primeiro secretário António Fernando Alves Fortunato da Assembleia Municipal tendo sido secretariado por Maria Manuela Hortas da Silva Pacheco e Maria Leonor Marques Marinheiro (segunda secretária). -----

-----Estava presentes os deputados municipais que se passam a indicar: -----

-----António Augusto Ferreira dos Anjos, Jorge Carlos Ferreira dos Santos, Rui José Prudêncio, Luís Carlos Jordão de Sousa Lopes, Rui Manuel Estrela da Silva, José António do Vale Paulos,

Marta Filipa Sousa Geraldes, Ana Teresa de Carvalho dos Santos, Francisco Artur Gomes Corvelo, Pedro Miguel de Sousa Nunes Castelo, Ilídio Paulo Antunes dos Santos, Sónia Alexandra Ferreira Patrício, Carlos Alberto Pontes Filipe, Sérgio Augusto Nunes Simões, António João Leal da Costa Bastos, Humberto Manuel Sebastião Gomes, Tomás Horta Lourenço, Ana Cristina Ferraz Anacleto Clímaco Umbelino, Ana Isabel Marques Fiéis, Andreia Filipa Alves Caldas, Artur Alexandre Santos Narciso, Pedro Miguel Germano Bernardes, Pedro Jorge da Vaza dos Santos, António Joaquim Espírito Santo, António José Silva Alves, Luis Pedro Duarte Silva, João Carlos Esteves Caldeira, Luis Miguel Antunes Batista, Nuno Alexandre Paulo Cosme, José Francisco Damas Antunes, Miguel Pinheiro da Silva (em substituição de Nuno Carlos Lopes Pinto), João Francisco Mota Tomaz, Celso Jorge Carvalhal Carvalho, Paulo Dinis Faustino Valentim (em substituição de Susana Neves) e Vítor Manuel Mendes (em substituição de José Manuel Correia).

-----Faltaram os membros, Renato António Monteiro e David Alves Gomes Lopes.-----

-----Estiveram ainda presentes a presidente da Câmara Municipal Laura Maria Jesus Rodrigues, e os vereadores Sérgio Paulo Matias Galvão, Francisco João Pacheco Martins, Nelson Laureano Oliveira Aniceto, Secundino Campos Oliveira, Dulcineia Basílio Ramos, Dina teresa Almeida (em substituição de Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco) e Natalina Maria Martins Luis (em substituição de Diogo Ribeiro Oliveira Guia) -----

-----Antes de iniciar os trabalhos o primeiro secretário António Fortunato anunciou que iria presidir a sessão, uma vez que o presidente José Manuel Correia se encontrava ausente por motivos de saúde, e chamou para completar a mesa, Maria Manuela Hortas da Silva Pacheco, que devidamente instalada, informou que em substituição do presidente da assembleia, cumprindo todos os preceitos legais e por indicação do líder da bancada tinha sido chamado Vítor Manuel Mendes, o presidente de junta da União de Freguesias da Carvoeira e Carmões Nuno Pinto, seria substituído pelo secretário da junta Miguel Silva, e o presidente da junta de Freguesia de Santa Maria, São Pedro e Matacães, David Lopes não se encontrava presente, mas não se faria representar uma vez que se realizava à mesma hora a Assembleia de Freguesia.-----

3 - PROPOSTA N.º 23/CM/2023 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA 4.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GOP'S DE 2023 DA CÂMARA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS:-----

-----Presente ofício número 5688, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 13/09/2023, a remeter o documento em título, de acordo com o deliberado pelo executivo, por unanimidade na sua reunião de 12/09/2023.-----

-----Foi dada a palavra à **presidente da Câmara** para apresentar o assunto, referindo que decorre da necessidade de reforço de rubricas que não estavam previstas à data da elaboração do orçamento e que se prendem essencialmente com transferências da administração central e a criação de rubricas para a despesa desse capital que é transferido.-----

-----Não se registaram intervenções passando-se de imediato à votação.-----

-----A Assembleia Municipal, tendo presente a sua competência prevista na alínea a), do n.º 1, do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua atual redação deliberou, por unanimidade, aprovar a 4.ª revisão ao Orçamento e às Gops's de 2023 da Câmara Municipal de Torres Vedras.-----

-----Neste momento ainda não se encontravam na sala José Vale Paulos, e Pedro Castelo.-----

4 - PROPOSTA N.º 24/CM/2023 - ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL APROVADO PARA 2023:-----

-----Presente ofício número 5679, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 13/09/2023, a remeter, de acordo com o deliberado pelo executivo em 12/09/2023, a proposta de alteração em título, com base nas informações da divisão de educação e da unidade jurídica e de fiscalização, que se traduz no seguinte: - Reafecção de 10 lugares de assistente operacional à área de alimentação e saúde escolar (AASE) tendo em conta os existentes (41) na área de planeamento e gestão da rede escolar (APGRE); e criação de 1 lugar de técnico superior para a área jurídica (DE- UJF).-----

-----Sobre este assunto a **presidente da Câmara** informou no que respeita à divisão de educação que se trata apenas de uma alteração de perfil relativamente a 10 lugares de assistentes operacionais, dado a existência de reserva de recrutamento, que se pretende que passem para área de planeamento escolar devido ao aumento de turmas e a criação de 1 lugar de técnico superior na área jurídica para aproveitar a reserva de recrutamento existente que termina a 1/11/2023.-----

-----Devidamente esclarecido, o plenário prosseguiu votando a alteração.-----

-----A Assembleia Municipal, em cumprimento das suas competências previstas nos n.ºs 4 e 5, do art.º 29.º, da Lei n.º 35/2014, conjugada com a alínea d), n.º 1, artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/09, ambas na sua atual redação, deliberou por unanimidade aprovar a seguinte proposta de alteração ao mapa de pessoal aprovado para 2023 - Reafecção de 10 lugares de assistente operacional à área de alimentação e saúde escolar (AASE) tendo em conta os existentes (41) na área de planeamento e gestão da rede escolar (APGRE) e criação de 1 lugar de técnico superior para a área jurídica (DE- UJF).-----

5 - PROPOSTA N.º 25/CM/2023 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA MINUTA DA ADENDA AO CONTRATO-PROGRAMA DO MERCADO MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS CELEBRADO COM A PROMOTORRES, EM:-----

-----Presente ofício número 5684, da Câmara Municipal de Torres Vedras de 13/09/2023, que de acordo com o deliberado pelo executivo em sua reunião de 12/09/2023 remete a minuta do contrato programa em título, relativo à delegação de poderes e competências na Promotorres, EM., para a administração, gestão, exploração e manutenção do Mercado Abastecedor; para a

exclusão dos poderes e competências de gestão relativas ao estacionamento subterrâneo do Mercado Municipal; bem como a atribuição de competências e poderes para o desenvolvimento do plano de atividades de dinamização do Mercado Municipal. -----

-----A **presidente da Câmara** introduziu o assunto, explicando que esta adenda e os dois pontos seguintes dizem respeito à reorganização das atividades e da locação de valores correspondentes e em aprovação está uma adenda a um contrato firmado em 18/05/2022 e propõe a alteração ao montante do subsídio à exploração que é reduzido de € 170.000,00 para € 135.000,00 anuais, devido sobretudo à introdução da receita proveniente do Mercado Abastecedor e à exclusão das despesas associadas ao estacionamento subterrâneo do Mercado Municipal, e a introdução de uma cláusula que permitirá o ajustamento do subsídio à exploração, por devolução ou compensação, a aferir com a demonstração semestral dos resultados e projeções financeiras a apresentar pela empresa. -----

-----O *deputado municipal Ilídio Santos* depois de analisar a adenda, e tendo verificado que o decréscimo do subsídio à exploração deve-se de facto à mais valia do Mercado Abastecedor, não quis deixar de referir que se pretende que a Promororres, para além das diversas atividades e eventos esporádicos, acima de tudo seja uma empresa municipal sustentável. -----

-----Adicionou ainda a nota no sentido deste mercado municipal, que tão importante é para os torrienses e para a cidade, também pudesse ser dinamizado de forma a ser sustentável, sem onerar os cidadãos todos os anos com um subsídio à exploração. Não querem que desapareça, mas à semelhança do que foi feito noutros concelhos, há atividades para potenciar os mercados e há que evoluir no sentido da sustentabilidade. -----

-----Saudou a introdução da cláusula 9 que permite o ajustamento do subsídio à exploração e aproveitou para questionar, depois da reestruturação, o que se está a produzir a nível das alterações que foram feitas, uma vez que o conselho de administração é o mesmo, embora tenham sido aumentados o número de funcionários. -----

-----O *deputado municipal Luis Carlos Lopes* disse que o PSD tomou em boa nota a adenda em apreço, que não lhes merece objeções e a seu tempo abordarão as conceções de gestão do mercado municipal. -----

-----A **presidente da Câmara** esclareceu que não tinham tido tempo suficiente para aferir em termos de resultados estas modificações no funcionamento da empresa, no entanto concorda que a Promotorres deve ser cada vez mais uma empresa municipal sustentável. -----

-----No que se refere ao Mercado Municipal, informou que no último ano tem havido atividades muito diversas para cativar novas pessoas que tendencialmente serão consumidores e no próximo ano, se tudo correr bem, estão a prever que serão feitas algumas obras de melhoria. -----

-----Concluídas as intervenções, o presidente da Mesa colocou à votação a adenda em apreço. ---

-----A Assembleia Municipal para efeitos do disposto no n.º 5 do art.º 47.º da Lei n.º 50/2012, de 31/08, na sua atual redação deliberou por unanimidade aprovar a minuta da adenda ao contrato-programa do mercado municipal de Torres Vedras celebrado com a Promotorres, EM.-----

-----Nesta altura passaram a participar dos trabalhos os deputados municipais, José Vale Paulos e Pedro Castelo. -----

6 - PROPOSTA N.º 26/CM/2023 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO-PROGRAMA PARA A GESTÃO E EXPLORAÇÃO DA EXPOTORRES A CELEBRAR COM A PROMOTORRES, EM: -----

-----Presente ofício número 5686, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 13/09/2023, que de conformidade com o deliberado, por unanimidade, pelo executivo em sua reunião de 12/09/2023, remete a minuta do contrato programa em título, onde se propõe a delegação de poderes e competências na Promotores E.M. para a gestão, exploração e manutenção do Pavilhão Multiusos, do Pavilhão Expo, da área exterior, dos espaços de restauração e bebidas, do Terminal Rodoviário e respetivo edifício de apoio, cafetaria e quiosque. -----

-----A **presidente da Câmara** informou que este contrato programa identifica os espaços, que vão ser objeto da delegação de poderes e competências, sendo proposto o alargamento do subsídio à exploração de € 40.000,00 para € 60.000,00 anuais, por forma a dar resposta à perda da receita proveniente do Mercado Abastecedor, e também introduz uma cláusula que permitirá o ajustamento do subsídio à exploração, por devolução ou compensação, a aferir com a demonstração semestral dos resultados e projeções financeiras a apresentar pela empresa. -----

-----Não se registaram intervenções passando-se de imediato à votação:-----

-----A Assembleia Municipal para efeito do disposto no n.º 5, do art.º 47.º, da Lei n.º 50/2012 de 31/08, na sua atual redação deliberou, por maioria de 37 votos a favor e 1 abstenção, aprovar a minuta do contrato-programa para a gestão e exploração da Expotorres a celebrar com a Promotorres, EM.-----

-----Anota-se que se absteve Pedro Castelo. -----

7 - PROPOSTA N.º 27/CM/2023 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO-PROGRAMA PARA A GESTÃO E EXPLORAÇÃO DO ESTACIONAMENTO A CELEBRAR COM A PROMOTORRES, EM:-----

-----Presente ofício número 5685, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 13/09/2023, que de acordo com o deliberado pelo executivo em sua reunião de 12/09/2023 remete a minuta do contrato programa em título, relativo à delegação de poderes e competências na Promotorres, EM., para a gestão, exploração, conservação e manutenção do parque de estacionamento do edifício Multisserviços, do parque de estacionamento do edifício do Mercado Municipal, do sistema de bicicletas públicas de Torres Vedras, e de outros meios de mobilidade suave que se venham a

estabelecer, bem como dos parquímetros instalados na via pública. -----

----A **presidente da Câmara** fez referência que o contrato-programa em vigor remonta a 10/04/2019 e cessa no presente ano, e que minuta para além do acima identificado introduz ainda a delegação na Promotorres E.M dos poderes, competências e prerrogativas para a instrução, decisão e gestão dos processos relativos à atribuição de lugares de estacionamento privativo, de selo de residente e de comerciante, nos termos do respetivo regulamento e, tal como no contrato-programa em vigor, não determina a atribuição de subsídio à exploração, dado estar assegurado o equilíbrio financeiro. -----

----Acrescentou que se pretende que as receitas provenientes da mobilidade sejam investidas nesta área, permitindo, inclusive, mudar o sistema das agostinhas que tendo sido pioneiro, já está ultrapassado o que acarreta muitas dificuldades na sua manutenção. -----

----A Assembleia Municipal para efeito do disposto no n.º 5, do art.º 47.º, da Lei n.º 50/2012 de 31/08, na sua atual redação deliberou, por maioria de 37 votos a favor e 1 abstenção a minuta do contrato-programa para a gestão e exploração do estacionamento a celebrar com a Promotorres, EM. -----

----Anota-se que se absteve Pedro Castelo. -----

8 - PROPOSTA N.º 28/CM/2023 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA 5.ª ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DE HORÁRIOS DE ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS E DE SERVIÇOS DO MUNICÍPIO DE TORRES VEDRAS: -----

----Presente ofício número 5533, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 1/09/2023, a remeter a alteração ao regulamento em título, que a câmara, em sua reunião de 29/08/2023, com base na informação da área jurídica data de 10/08/2023 que faz parte integrante do processo, deliberou submeter à aprovação deste órgão deliberativo para adaptação das regras aplicáveis aos processos contraordenacionais, de acordo com a atual redação do regime de horários de funcionamento dos estabelecimentos comerciais introduzida pelo RJCE, resultando na alteração dos artigos 1.º e 13.º e aditamento dos artigos 13.º-A e 13.º- B. É ainda proposta a revogação do regime transitório previsto no art.º 16.º, dado que já decorreu a *vacatio legis* de 30 dias nele prevista e a alteração do art.º 17.º, uma vez que nos termos da lei das finanças locais, os regulamentos municipais que prevejam contraordenações sancionadas com coima, por violação das respetivas normas, não podem entrar em vigor antes de decorridos 15 dias sobre a sua publicação, nos termos legais. -----

----A **presidente da Câmara** referiu que a presente alteração visa apenas adaptar o regulamento às regras aplicáveis aos processos contraordenacionais. -----

----A Assembleia Municipal tendo presente o disposto na alínea g), do n.º 1, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua atual redação, deliberou, por unanimidade aprova a proposta da 5.ª

alteração do regulamento de horários de estabelecimentos comerciais e de serviços do Município de Torres Vedras. -----

9 - PROPOSTA N.º 29/CM/2023 - AUTORIZAÇÃO PARA A DESAFETAÇÃO PARA O DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO DE PARCELA DE TERRENO COM 6.620 M2 SITA EM VALE PAXIS NO SARGE: -----

-----Presente ofício número 4261, da Câmara Municipal de Torres Vedras, atenta a competência deste órgão nesta matéria, e de acordo com o deliberado pelo executivo em sua reunião de 18/07/2023, propõe que a assembleia municipal autorize a desafetação para o domínio privado, de uma parcela de terreno com 6.620,00 m2 sita em Vale Paxis, Sarge, a fim de ser cedida posteriormente, em direito de superfície, à entidade - Comunidade Vida e Paz, a qual foi avaliada em €165.000,00 -----

-----A **presidente da Câmara** informou que a desafetação em análise tem a ver com um direito de superfície que se pretende efetivar para a Comunidade Vida e Paz, uma instituição particular de solidariedade social a atuar no concelho. -----

-----Atenta a sua competência prevista na alínea q), do n.º 1, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na sua atual redação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar a desafetação para o domínio privado do município de parcela de terreno com 6.620 m² sita em Vale Paxis no Sarge, a fim de ser cedido posteriormente, em direito de superfície, à entidade - Comunidade Vida e Paz, a qual foi avaliada em €165.000,00. -----

10 - PROPOSTA N.º 30/CM/2023 - RATIFICAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL DO PROCESSO N.º 289/ERRALVT/23 - REABILITAÇÃO DO ESPAÇO EXTERIOR DA AZENHA DA PONTE – FREGUESIA DO RAMALHAL: -----

-----Presente ofício 5681, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 13/09/2023 a dar conhecimento que a câmara, em sua reunião de 12/09/2023, deliberou, por unanimidade, considerar o pedido em causa, de interesse público municipal, para efeitos de instrução de processo junto da ERRALVT — Entidade Regional da Reserva Agrícola de Lisboa e Vale do Tejo, conforme exigido no n.º 3, do art.º 12 do Anexo I da Portaria n.º 162/2011, de 18/04, remetendo o processo em título, para efeitos de ratificação. -----

-----A introduzir matéria, **a presidente da Câmara** explicou que a área de projeto da autarquia elaborou o projeto em título localizado no espaço contíguo ao do edifício, cujo terreno se encontra classificado em RAN e REN, pelo que terá que receber o parecer de diversas entidades externas, tendo a Direção Regional de Agricultura e Pescas solicitado um comprovativo de reconhecimento de interesse público municipal pela assembleia municipal. -----

-----O *deputado municipal* **António João Bastos**, disse que analisou o projeto que está bem conseguido, lamentando a inexistência de estacionamento para um autocarro embora saiba que

terreno também não o permite e para o qual terão que ser tomadas as devidas precauções, quando receber visitas escolares que se desloquem nesse transporte.-----

----Não se registaram mais intervenções passando-se de imediato à votação.-----

----A Assembleia Municipal, em cumprimento do n.º 3, do art.º 12 do Anexo I da Portaria n.º 162/2011, de 18/04, deliberou por unanimidade ratificar a declaração de interesse público municipal do processo n.º 289/ERRALVT/23 - Reabilitação do espaço exterior da Azenha da Ponte – Freguesia do Ramalhal.-----

11 - PROPOSTA N.º 31/CM/2023 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DO REGIMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE:-----

----Presente ofício número 5682, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 13/09/2023 a remeter, tendo presente as competências deste órgão, o regimento em título, aprovado por unanimidade na primeira reunião do Conselho Municipal de Saúde de Torres Vedras que se realizou no dia 6/09/2023.-----

----A **presidente da Câmara** deu nota que o regimento em apreço foi aprovado por unanimidade na primeira reunião do conselho municipal de saúde, onde estiveram presentes quase todos os seus elementos.-----

----O deputado municipal **Jorge Santos** atendendo ao preâmbulo do regimento, onde se refere que o conselho de Torres Vedras possui um importante património institucional do setor da saúde, materializado num significativo conjunto de organizações pertencentes ao setor público privado e da economia social e porque o seu art.º 2.º refere como um dos objetivos do Conselho promover uma governança multinível intersectorial juntamente com o envolvimento ativo da sociedade civil e todos os agentes públicos e privados, questionou qual a razão de estar omissa no regimento no seu art.º 4.º, a alínea h) do n.º 1, do art.º 9.º do Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30/01, na sua atual redação com a seguinte redação “Um representante das associações da área de saúde, por acordo entre as mesmas”, presumindo que haja uma razão subjacente a esta opção.-----

----Acrescentou que independentemente de não concordar de alguma maneira como as opções legislativas, porquanto estão mais uma vez a afunilar os intervenientes nestes órgãos, interroga-se da razão de, para além do presidente da junta de freguesia em representação das freguesias do município, não haver nenhum representante de associações que estejam ligados a esta área, designadamente dos bombeiros, que podiam trazer aqui uma mais-valia, para além de outros intervenientes, sem prejuízo da válvula de escape, o que está no n.º 3 deste artigo 4.º que diz que “O presidente do conselho, por iniciativa própria ou por proposta, pelo menos um terço dos membros, pode convidar a participar nas reuniões personalidades de reconhecido mérito na área da saúde”, mas não lhe parece que a intervenção destas entidades possa ofuscar ou justificar o afastamento das outras entidades.-----

-----A **presidente da Câmara** fez notar que o regimento em apreço, resulta diretamente do diploma legal e o citado n.º 3 permite o convite a outras entidades que entendam necessárias. -----

-----O **deputado municipal Rui Prudêncio** atenta a pertinência da observação feita pelo deputado Jorge Santos e uma vez que as entidades que compõem o conselho têm que ser transpostas na sua totalidade para o regimento e neste não consta a alínea h) do n.º 1, do art.º 9.º do Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30/01, disse que podiam a provar o regimento com esta alteração.-----

-----O **presidente de junta da União de Freguesias de Campelos e Outeiro da Cabeça**, e membro do concelho **José Damas Antunes**, disse não ter dúvidas que a lei tem que ser transcrita na íntegra pelo que concordou que podiam aprovar o regimento com a inclusão da alínea h) em causa, que certamente ninguém no conselho se iria opor. -----

-----A **presidente da Câmara** anuiu à proposta de alteração ao regimento, o qual será remetido ao próximo concelho.-----

-----Concluídas as intervenções, o presidente da Mesa colocou o assunto à votação, com a alteração proposta.-----

-----A Assembleia Municipal, tendo presente a sua competência prevista no n.º 4, do art.º 9.º do Decreto-Lei n.º 23/2019 de 30/01, aprovou por maioria de 37 votos a favor e 1 abstenção o regimento do Conselho Municipal de Saúde, com a inclusão no art.º 4, n.º 1, da alínea h) com a seguinte redação “Um representante das associações da área de saúde, por acordo entre as mesmas”, que corresponde à alínea h), do n.º 1, do Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30/01, na sua atual redação, que concretiza o quadro de transferências de competências no domínio da saúde para os órgãos municipais. -----

-----Anota-se que se absteve Jorge Santos. -----

12 - PROPOSTA N.º 26/AM/2023 - INFORMAÇÃO DAS COMISSÕES: -----

Comissão Permanente de Economia e Demografia: -----

Comissão de Permanente de Sustentabilidade: Mobilidade, Território e Ambiente: -----

-----O Presidente da Mesa, **António Fortunato**, informou que a comissão de economia e demografia, presidida pelo também presidente da assembleia, vai selecionar indicadores para iniciar a caracterização demográfica do concelho e que a comissão de sustentabilidade presidida pelo autarca Celso de Carvalho tem agendada uma reunião para o próximo dia 2 de outubro com o vereador que detém o pelouro do trânsito. -----

Comissão Permanente de Urbanismo e Ordenamento do Território: -----

-----O **presidente da comissão, António João Bastos** lembrou que a comissão em 28/06 teve uma reunião alargada com a equipa encarregue da revisão do PDM, que lhes fez o ponto de situação quer deste, quer de outros planos que estão em curso. Nessa reunião foram informados que o principal problema do PDM residia nas desafetações da RAN e da REN, para o qual estão

em conversações para fechar o plano. -----

----Deu também nota que a comissão tinha questionado o ponto de situação do regulamento municipal de urbanização e de edificação, e ficaram a saber que a proposta de alteração a este instrumento está concluída na sua componente técnica, mas a administração central vai fazer reformas profundas a nível dos licenciamentos que irão implicar quer com este regulamento, quer com o regulamento de liquidação e cobrança de taxas e emissão de licenças do município, pelo que estão a ponderar se dão continuidade à alteração em curso. -----

----Por último informou que antes de agendar nova reunião com os técnicos está a aguardar por um lado que a equipa de planeamento consiga concluir o PDM e por outro a proposta de lei sobre licenciamentos, para fecharem o regulamento municipal, mas brevemente convocará uma reunião da comissão para debater estes assuntos e outros que se mostrem pertinentes para depois dar conhecimento à Assembleia Municipal.-----

Comissão Permanente de Saúde: -----

----O *presidente da Comissão, Rui Prudêncio*, deu nota que na reunião que realizaram no dia 21 de setembro último abordaram a questão da realização da Assembleia Temática da Saúde, que estava programada ser realizada até ao final deste ano, no entanto com todas as alterações que estão a existir na orgânica dos cuidados de saúde no país e com a extinção de algumas instituições, decidiram adiar para o próximo ano, pela dificuldade que teriam em encontrar interlocutores nesta área, aguardando pela nova orgânica da prestação de cuidados de saúde que o ministro diz que será publicada em janeiro, e depois começar a organizar a temática para fevereiro/março. -----

----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

13 - PROPOSTA N.º 27/AM/2023 - APRECIACÃO DE INFORMAÇÃO DA PRESIDENTE DE CÂMARA, ACERCA DA ATIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO:---

----Presente informação em título datada de 21/09/2023, reportada ao período entre 01/06/2023 e 31/08/2023 que a nível da situação financeira do município, dá nota do total de disponibilidade no valor de € 9.130.016,63 e € 1.604.020,93 de dívidas a fornecedores. -----

----O *deputado municipal António João Bastos*, aludindo à listagem dos processos judiciais, que fazem parte da informação em apreço, sobre o problema dos edifícios inacabados junto do mercado municipal, questionou a que se refere o valor de € 181.527,95 que a firma Perfil Expedito, SA reclama.-----

----Ainda sobre este assunto lembrou que os lotes estavam registados a favor da autarquia sem qualquer ónus quando se aceitou a Goiab para acabar a construção e o acordo previa que a firma construtora teria que disponibilizar uma loja com cerca de 300 metros quadrados e cerca de 30 estacionamentos, pelo que questionou se este pressuposto se mantém agora que já se sabe que

quem vai acabar a obra é a Riberalves. -----

-----Questionou ainda qual vai ser o destino da loja, inicialmente falada para ser a loja do cidadão, mas que, entretanto, com a demora, foi para antiga estação rodoviária, onde está a funcionar bem numa adaptação do local que pensa que foi bem conseguida, está simples, tem estacionamento, mas, principalmente porque não se destruiu o edifício, pois poderá surgir a hipótese de voltar a ter a interface com comboio. Têm lutado muito pelo melhoramento da linha do Oeste e se o comboio no futuro for uma alternativa capaz para deslocações para Lisboa, poderá voltar a ser necessário restabelecer aquela interface e existem ali terrenos disponíveis para se poder eventualmente fazer um estacionamento capaz que o suporte, ficando deste modo assegurado que pode ser feito.-----

-----Reportou-se ainda à referida listagem, para sinalizar uma reclamação de créditos no valor de € 1.783.202,26 em que o executado é a Rominvest, Estudos Projetos Lda e o depositário a Sociedade de Construções Caracol e Filhos, pensando que diz respeito a lotes que ficaram hipotecados a favor da Câmara Municipal, para garantia da execução das infraestruturas mas as infraestruturas daquele loteamento nunca foram acabadas e agora surge esta reclamação de créditos, pelo que gostaria de ser elucidado sobre o assunto.-----

-----O *deputado municipal* **Pedro Castelo** deu nota que a autarquia teve em experimentação, um autocarro 100% elétrico que esteve em circulação no concelho de Torres Vedras, inquirindo o que é que o município achou da utilização deste meio, não diria inovador, mas de certa maneira, mais moderno, menos poluente, se seria ou não uma solução ou seja, se tirou da experiência algumas lições. -----

-----Voltando ao assunto do piso em paralelepípedo em frente ao CAC, que no dia anterior tinha abordado, e que iria ser reparado com betuminoso, lembrou sobre a existência de uma garantia bancária no valor de € 127.400 euros relativa aquela empreitada, questionando se esse montante vem para a autarquia outra vez, se vai ser gasto no betuminoso, ou é oferta ao empreiteiro.-----

-----O *deputado municipal* **Artur Narciso** disse que iria falar de dois temas relacionados com os jovens referindo-se concretamente às residências para jovens, que inclusivamente já obtiveram alguns prémios, questionando qual o ponto de situação, bem como o ponto de situação referente à reabilitação do edifício para as instalações do Centro de Estudos na Rua Serpa Pinto, que também é uma ambição dos jovens. -----

-----Mudando de tema saudou a intervenção que houve em redor do Castelo, mais especificamente junto do arvoredado que não foi uma intervenção fácil de concretizar, mas que permite de uma forma muito agradável, visualizar o monumento e redescobrir alguns espaços, e aproveitou para salientar que este monumento teve 4.528 visitas das quais cerca de 42% foram de cidadãos estrangeiros. -----

-----O *presidente de junta da União de Freguesias de Campelos e Outeiro da Cabeça*, **José**

Damas Antunes, disse que sua questão é recorrente e prende-se com a ligação em alta do saneamento de Casalinho das Oliveiras, para aferir se há alguma evolução com o proprietário ou se há algum caminho já iniciado em relação a um processo de expropriação. -----

---- O *deputado municipal Humberto Gomes*, questionou o ponto de situação e o que está previsto até ao final do ano em termos da limpeza dos rios. -----

---- Por sua vez relativamente às residências universitárias a *deputada municipal Marta Geraledes* manifestou algumas dúvidas quanto ao prazo de 30 anos previsto no contrato de comodato celebrado, desconhecendo se a candidatura assim o obrigava, pelo facto de não ter encontrado menção ao que acontece às residências, se o IPL deixar operar no território. -----

---- Também sobre este assunto, interveio o *deputado municipal Luis Carlos Lopes* para transmitir que sente que a interação, se perdeu um pouco, com a alteração da gestão do IPL e não crê que esteja a haver o mesmo desenvolvimento que ocorreu há 3 ou 4 anos atrás, e vê pouca abertura em termos de TESP, pelo que tem alguma dúvida se até 2025 terão a escola de saúde, com o curso superior de enfermagem, que era o mais interessante para Torres Vedras. ----

---- O *deputado municipal Ilídio Santos* lembrou que no passado dia 17, em São Pedro da Cadeira a PR 13 - Rota da Foz Azul que faz a ligação entre a Assenta e a Foz do Sizandro, foi inaugurada embora a obra não estivesse acabada e questionou se há previsões para a sua conclusão. -----

---- Terminadas as intervenções, foi dada a palavra à **presidente da Câmara** para prestar alguns esclarecimentos, assim: -----

---- Relativamente às questões colocadas sobre lotes junto ao mercado, disse ter boas notícias e informou que no dia 25/09 foi realizada escritura com a Riberlves Imobiliária, com a consequente liquidação das hipotecas e penhoras que oneravam os lotes, os projetos de especialidade em falta foram todos entregues no dia 21/09 e foram aprovados por despacho no dia 22/09, e a firma deverá requerer a emissão do alvará no prazo de 2 meses, tendo 2 meses para iniciar a obra após a sua emissão. -----

---- Quanto à hipoteca informou que em 23/3/2023, o município foi citado numa execução de penhora intentada pela Sociedade Perfil Expedito que adquiriu os créditos do Banco Santander referentes às hipotecas realizadas ainda pela JMLS em 2010 e que continuava a onerar os lotes. Todos esses processos estão sanados, as escrituras estão feitas e esperam que haja um caminho rápido relativamente a esta obra, que agora tem todas as condições para avançar. -----

---- Acrescentou que o espaço que era para a câmara municipal, que são atualmente cerca de 976 m², inicialmente foi pensado para a Loja do Cidadão, mas mais tarde foi equacionado que poderia ser ligado à área da saúde, como um espaço para a psicologia e a psiquiatria do hospital que não tem espaços para o efeito e utiliza espaços alugados, ideia agora a rever e reequacionar

com o CHO, se continua a fazer sentido. Neste momento, há uma indefinição relativamente à ocupação desse espaço. -----

---- Quanto à Sociedade de Construções Caracol e Filhos, Lda. confirmou que eram lotes dados como garantia para as obras de urbanização. -----

---- No tocante ao autocarro esclareceu que foi apenas uma experiência que a Barraqueiro decidiu fazer no concelho, que já tinha sido experimentada noutros locais. -----

---- Disse que seria muito interessante se as frotas pudessem ser modificadas e transformadas para serem muito menos poluentes, mas não lhe parece que esteja a acontecer e a empresa também não deu qualquer sinal nesse sentido, sendo que era um autocarro muito cidadão, que não serviria para fazer transportes para fora da cidade. A Barraqueiro veio fazer a experiência e mostrar que existem, mas ficaram por aí. -----

---- Sobre a limpeza de rios, disse que solicitaria à vereadora Dulcineia que por escrito dessa a informação sobre o que está previsto e aquilo que foi feito durante este ano. -----

---- No que concerne ao espaço de estudo, ao qual em princípio chamarão de “Espaço 24”, pois ficará 24 horas afeto aos jovens, informou que está pronto em termos de obra, estando em falta adquirir o equipamento para ser colocado, mas que já está a ser tratado, tendo em conta os contributos resultantes do Conselho Municipal da Juventude relativamente ao equipamento pretendido e à sua organização. -----

---- Quanto às residências universitárias, que têm ótimo aspeto e espaços muito bons, deu nota que na próxima semana terão já alguns jovens alojados num dos blocos, ainda que não tenha sido feita a inauguração que esteve prevista para esta semana, mas que foi adiada por questões de agenda da ministra da Ciência e Tecnologia. -----

---- Quanto ao contrato de comodato com o IPL, o prazo de 30 anos era um requisito para o financiamento e como os jovens que irão usufruir serão beneficiários da ação social escolar, podem continuar a utilizar mesmo que o IPL não tenha no território nenhum curso em funcionamento. -----

---- Ainda sobre o IPL e a relação com a autarquia confirmou que a fase de transição entre as duas direções foi difícil de acertar, mas estão a diligenciar nesse sentido. Disse também que lhe pareceu ter havido algum desconhecimento e pouca ligação aos polos que existiam fora de Leiria, mas agora pensa que há avanços em termos de abertura de cursos TESP direcionados para o concelho. -----

---- Respeitante à escola de saúde, informou que têm uma reunião marcada na próxima semana para aferir o caminho dos cursos que devam ser objeto de funcionamento naquele espaço, porque a primeira informação que houve da parte desta nova direção do IPL relativamente à Escola Superior de Saúde foi que não sabiam absolutamente nada, e assim é como se estivessem a

partir do zero, contudo acha que já há outra perspetiva e uma outra visão relativamente ao interesse do concelho. -----

-----Sobre a questão do PR 13, não consegue informar quando é que as obras que faltam vão decorrer, mas vão ser terminadas.-----

----- No que se refere ao piso do CAC, irá haver uma intervenção de fundo, e mantém-se a garantia bancária do lado da câmara para defeitos da obra, que no caso do piso é uma alteração que estava em projeto, ou seja, mediante uma avaliação que foi feita, não deveria contemplar um piso daquela natureza. Assim e depois de muito dirimirem com o empreiteiro sobre quem paga o quê e para não demorar ainda mais é a autarquia que irá pagar quase tudo, e a empresa terá em consideração o facto de terem sido eles a fazer a obra, ajustando o orçamento. -----

-----Sobre a questão do presidente de junta José Damas Antunes, disse não ter informação, mas iria pedir aos SMAS para posteriormente o elucidar. -----

-----Nesta altura o *deputado municipal* **Pedro Castelo** manifestou a sua surpresa com a explicação sobre a garantia bancária de €127.000,00, e sobre o projeto que presume não ser da autoria do empreiteiro, mas de um técnico da Câmara que o executou mal, pedindo que a edil confirmasse se é o mesmo empreiteiro que vai fazer a alteração e que a garantia bancária se mantém não sobre a nova empreitada, mas sobre uma empreitada antiga. -----

-----A **presidente da Câmara** disse que para ela também não é uma situação fácil, e que solicitaria aos serviços jurídicos uma informação por escrito para lhe disponibilizar. -----

-----O *deputado municipal* **Pedro Castelo** fez notar que a presidente da Câmara não tem culpa, mas vai requerer por escrito o nome técnico da Câmara Municipal que fez o projeto, pois tem que haver responsabilidades. Estão a esbanjar dinheiros públicos, já para não falar do incómodo das pessoas, e como considera este assunto de uma gravidade extrema não vai o deixar cair em “saco roto”. -----

-----A **presidente da Câmara** esclareceu que há diversos fatores que intervêm, sem ser exclusivamente de um técnico, nem a própria obra é um processo simplificado. Têm uma avaliação feita por um técnico que informa relativamente às dificuldades que possam ter surgido naquela obra sendo em função dessa informação que surge a intervenção da autarquia para que as coisas possam ser sanadas.-----

-----Ainda sobre este assunto e porque a presidente informou que o piso vai ser alcatroado, o *deputado municipal* **António João Bastos**, lembrou que foi projetado em granito cerrado para diminuir a velocidade dos carros questionando e se esta vertente está acautelada.-----

-----Também o *deputado municipal* **Humberto Gomes** interveio para lembrar que ficou sem resposta à questão sobre a pintura das passadeiras na EN 248 entre Runa e Dois Portos.-----

-----Nesta senda a *deputada municipal* **Ana Teresa Carvalho** deu nota que a edil não tinha

respondido no dia anterior sobre a questão dos horários nas paragens de autocarros e sobre os acessos em redor do Externato de Penafirme. -----

-----Interveio de seguida o *presidente da junta da freguesia de São Pedro da Cadeira, António Alves* no sentido de confirmar que o percurso pedonal da Rota da Foz Azul, está por acabar. Foi concluída uma primeira fase, e vão aguardar que passe o inverno, visto haver zonas no percurso que foram bastante compactadas com terra, para que possam consolidar, e está previsto durante o próximo ano concluir a obra. -----

-----A **presidente da Câmara** relativamente à questão às pinturas informou que a IP fez as pinturas a pedido da Câmara Municipal e de seguida a autarquia vai fazer as passadeiras. -----

-----No que respeita a Penafirme pedirá ao senhor vereador Nelson Aniceto que disponibilize informação do que vai ser feito. -----

-----Atinente ao piso do CAC, deu nota que a razão de ter sido na altura colocado aquele tipo de material foi a indicada pelo deputado, mas não correu bem porque é uma zona de muito trânsito e a capacidade de carga é muito superior à que deveria ser para um piso daquela natureza, contudo com esta alteração terá lombas que permitam a redução de velocidade.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

INFORMAÇÃO SOBRE COMPETÊNCIAS DELEGADAS:-----

13.1 - PROPOSTA N.º 28/AM/2023 - TOMADA DE CONHECIMENTO DE CEDÊNCIAS DE PARCELAS DE TERRENO PARA AFETAÇÃO AO DOMÍNIO PÚBLICO (AUTORIZAÇÃO GENÉRICA DA AM DE 30/11/2021):-----

-----Na sequência da autorização genérica concedida pela Assembleia Municipal, presente informação sobre as cedências de parcelas aceites pela Câmara Municipal, cujos ofícios abaixo indicados se encontram arquivados em pasta anexa ao livro das atas: -----

-----Ofício número 3987 de 07/07/2023 – deliberação de 04/07/2023; ofício número 4260 de 20/07/2023 – deliberação de 18/07/2023; ofício número 4496 de 3/08/2023 – deliberação de 01/08/2023; ofício número 5537 de 01/09/2023 – deliberação de 29/08/2023 e ofício número 5687 de 13/09/2023 – deliberação de 12/09/2023.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

13.2 - PROPOSTA N.º 29/AM/2023 - TOMADA DE CONHECIMENTO DE APOIOS A FREGUESIAS (AUTORIZAÇÃO GENÉRICA DA AM DE 30/11/2021):-----

-----Na sequência da autorização genérica concedida pela Assembleia Municipal, presente informação sobre apoios a atribuir às freguesias:-----

-----Ofício número 4497 de 03/08/2023 – deliberação de 01/08/2023:-----

-----União das Freguesias de Carvoeira e Carmões - € 18.500,00, para aquisição de autocarro usado para transporte coletivo de crianças, ao serviço da União de Freguesias de Carvoeira e

Carmões; União das Freguesias de A-dos-Cunhados e Maceira - € 29.379,61 para aquisição de mobiliário urbano/parque infantil e pavê para o Parque Verde da Póvoa de Penafirme e União das Freguesias de Maxial e Monte Redondo - para aquisição para intervenções em caminhos vicinais (€ 7.000,00); e apoio financeira para obras de requalificação do Jardim de Infância de Aldeia Grande (€ 20.000,00), num total de € 27.000,00. -----

-----Ofício número 5536 de 01/09/2023 – deliberação de 29/08/2023:-----

-----União das Freguesias de Carvoeira e Carmões - € 37.500,00 - 2.ª tranche para aquisição de propriedade (moradia e moinho) na Serra S. Julião (1.ª tranche de apoio deliberada na reunião de Executivo de 06/06/2023, valor total é de € 112.000,00) e Freguesia de Ventosa - Para aquisição de autocarro de 30 lugares, para o serviço de transporte de crianças do Centro Educativo da Ventosa, que representa um custo total de € 109.470,00, com o seguinte faseamento: 2023 - €18.245,00; 2024 - 54.735€ e 2025 - € 36.490,00. -----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

14 - PROPOSTA N.º 30/AM/2023 - VOTOS, MOÇÕES E RECOMENDAÇÕES:-----

-----O presidente da mesa, leu o voto de pesar, proposto pelo presidente da Assembleia Municipal e que se transcreve na íntegra. -----

VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE ROSÁLIA MARIA LOPES DOS SANTOS DUARTE:

-----“Foi com profundo pesar que tivemos conhecimento da partida, no passado dia 13 de agosto, da Presidente da ASSIM (Associação de Intercâmbio Municipal), Rosália Maria Lopes dos Santos Duarte. -----

-----Rosália era professora, licenciada em Português e Francês do Ensino Básico do 1.º ciclo e residia na Freguesia de Campelos, onde deu aulas até à sua aposentação. -----

-----Esta profissional de excelência, tinha uma profunda entrega à causa educativa, atribuindo grande importância ao ensino com cooperação no processo de aprendizagem dos alunos. -----

-----Casada com o sócio fundador, Luís Duarte, Rosália Duarte integrou ASSIM em 2002. Foi secretária da direção de 2005 a 2011; vice-presidente de 2011 a 2017 e a presidente desta Associação de 2017 até à data do seu falecimento.-----

-----Durante as suas funções na ASSIM, promoveu e deu continuidade, sempre com grande dedicação e generosidade, a atividades de intercâmbio entre Torres Vedras e as cidades geminadas de Villenave D’Ornon – França e Wellington – Inglaterra e potenciou o intercâmbio de rede com cidades amigas - Alemanha, França e Itália - consolidando laços culturais e dando a conhecer a nossa região.-----

-----A Assembleia Municipal de Torres Vedras, em sua sessão de 27 de setembro de 2023 expressa à família de Rosália Duarte as suas mais sentidas condolências. -----

-----Torres Vedras, 27 de setembro de 2023.”-----

-----Os deputados municipais, Sérgio Simões pelo PS, Jorge Santos pelo UTV e José Damas Antunes pelo PSD, expressaram algumas palavras sobre a falecida e associaram-se ao voto. -----

-----A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade aprovar o voto de pesar acima transcrito pelo falecimento de Rosália Maria Lopes dos Santos Duarte e observou um minuto de silêncio em sua homenagem.-----

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA:-----

-----Tendo sido pedido pelo Presidente da Mesa, António Fortunato, a aprovação da minuta da ata da sessão, foi a mesma, aprovada por unanimidade, sem prejuízo de eventuais correções ou precisão a fazer no texto definitivo.-----

ENCERRAMENTO:-----

-----Pelas 22.40h o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, deu por encerrada a presente sessão, da qual para constar se lavrou a presente ata, que depois de elaborada pelo núcleo de apoio, vai ser subscrita pela Mesa da Assembleia.-----
